

A Internacional

Revista do Comité de Organização pela Reconstituição
da Quarta Internacional (CORQI)

A conferência internacional
“pela reconstituição da IVª Internacional,
pelo partido mundial da revolução socialista”



Nº32 - Novembro de 2023
4 euros

Índice

Apresentação	Página 3
--------------	----------

Documento

– Declaração adoptada pela conferência internacional	Página 4
– Excertos do relatório de introdução à discussão da conferência internacional	Página 8
– Teses: Constituinte palestina, já!	Página 24
– Declaração do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional	Página 26
– Resolução sobre o Labor Party e o partido operário negro ligado ao combate pelo Labor Party	Página 28
– Resolução sobre a luta contra a dupla opressão e dupla exploração das mulheres trabalhadoras	Página 30
– Mulheres trabalhadoras: relatório e discussão	Página 32
– Resolução sobre a juventude	Página 43

Homenagem

– Homenagem a François de Massot (1932-2023)	Página 44
--	-----------

A Internacional

Revista do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI)

Director de publicação: Daniel Gluckstein

Editor: Réveil ouvrier

67, avenue Faidherbe, 93100 Montreuil (França)

Tiragem: 3 000 exemplaires

CPPAP : 0623 G 93127

Aviso

A Internacional é a revista teórica e de informação política do CORQI (Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional). Aspira a ser um espaço de debate livre no quadro do que são os princípios próprios da IVª Internacional.

Os artigos assinados publicados nesta revista reflectem a opinião dos seus autores. Não vinculam necessariamente a redacção da revista.

Nos dias 3, 4 e 5 de Novembro de 2023 realizou-se na região de Paris (França) a conferência internacional pela reconstituição da IVª Internacional, pelo partido mundial da revolução socialista. A conferência fora convocada por uma carta de convite do Colectivo de Animação do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI), enviada em Dezembro de 2022 (publicada no nº 29 desta revista). Nesses dias 3, 4 e 5 de Novembro, juntaram-se uma centena de delegados vindos de 32 países (Afeganistão, Alemanha, Argélia, Azânia / África do Sul, Bangladeche, Bélgica, Benim, Brasil, Burkina Faso, Canadá, China, Coreia, Egipto, Estado espanhol, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Haiti, Hungria, Índia, Itália, Marrocos, México, Paquistão, Palestina, Portugal, Roménia, Rússia, Sri Lanka, Suíça, Togo, Turquia) e uma delegação de quatro camaradas representantes do primeiro Encontro Internacional de Jovens Revolucionários (EIJR). Os delegados de sete outros países (Bielorrússia, Burundi, República Democrática do Congo, Senegal, Sérvia, Tunísia, Zimbabwe) foram impedidos de participar na conferência quer por o respectivo pedido de visto ter sido rejeitado pelo governo francês, quer por causa da guerra e da repressão, quer, ainda, por razões imperativas de saúde. A conferência foi preparada em mais três outros países (Austrália, Grécia e Filipinas), onde a preparação não resultou na participação de delegados. Parte dos participantes na conferência era militante de organizações e grupos filiados no CORQI, outra parte composta por militantes operários que representavam grupos, tendências ou organizações não membros do CORQI – e oriundos de correntes do movimento

operário que não a corrente trotskista. Foi resultado de vários meses de discussão da carta de convite.

Durante os três dias de debates, discutiram-se, emendaram-se significativamente e adoptaram-se documentos – que se publicam neste número d’A *Internacional*. São eles a declaração da conferência aos “trabalhadores e jovens que, em todos os continentes, lutam contra a guerra e a exploração, pela emancipação dos trabalhadores e dos jovens”. São também as teses “Constituinte palestiniana, já!”; a resolução sobre “o Labor Party e o partido operário negro ligado ao Labor Party” nos Estados Unidos; a resolução sobre a luta contra a dupla opressão e exploração das mulheres trabalhadoras (bem como, no seguimento de decisão da conferência, a acta dos debates nesta matéria); e, por fim, a resolução sobre trabalho na juventude.

A conferência concluiu-se com o alargamento do colectivo de animação do CORQI, que passa a ser constituído por camaradas do Canadá, dos Estados Unidos, do México, do Estado espanhol, de Portugal, de França, de Itália, da Alemanha, de Marrocos, do Paquistão e da África do Sul. Outros cinco camaradas, de outros cinco países, que participaram na conferência sem serem membros do CORQI, aceitaram ser “membros associados” do colectivo de animação.

A conferência foi integralmente autofinanciada por uma campanha financeira conduzida à escala internacional. Nada menos do que 130 militantes da secção francesa da IVª Internacional encarregaram-se, durante vários dias, de criar as condições e assegurar as tarefas necessárias para que a conferência se desenrolasse nas melhores condições (da tradução à confecção de refeições). ●

● DOCUMENTO

Declaração adoptada pela conferência internacional

Aos trabalhadores e jovens que, em todos os continentes, lutam contra a guerra e a exploração, pela emancipação dos trabalhadores e dos povos

1 – Reuniu-se nos dias 3, 4 e 5 de Novembro, em França, uma “conferência internacional pela reconstituição da IVª Internacional, pelo partido mundial da revolução socialista”. Nela participaram: delegações de 32 países, representando grupos e organizações filiados no CORQI (Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional); e, igualmente, grupos e militantes, que, sem pertencerem ao CORQI, estão empenhados na luta contra o capitalismo, contra o imperialismo, contra a guerra e que participaram livremente nos nossos debates (delegações de sete outros países viram-se impedidas de participar nas nossas discussões pela recusa do governo francês em conceder-lhes vistos de entrada)

2 – Reunimo-nos quando o povo palestino é esmagado sob um tapete de bombas em Gaza. A cada dia, contam-se por centenas as novas vítimas. O Estado de Israel, militar, política, económica e diplomaticamente apoiado pelo imperialismo americano e pelas outras potências capitalistas, não esconde o objectivo que pretende alcançar: organizar a segunda *Nakba*, isto é, além de continuar o massacre, expulsar os dois milhões e trezentos mil palestinos da faixa de Gaza.

3 – O CORQI tomou posição a seguir ao 7 de Outubro: “*É emocionadamente que os trabalhadores, os jovens e os povos do mundo choram os milhares de víti-*



Nas ruínas de Gaza (foto UNICEF)

mas civis, em particular os jovens e crianças brutalmente arrancados à vida, em Israel e em Gaza. “É a guerra”, proclamou o primeiro-ministro israelita Netanyahu. Na realidade, há setenta e cinco anos que a guerra devasta a região, não começou a 7 de Outubro de 2023. Há setenta e cinco anos que o povo palestino é expulso da sua terra, escorraçado das suas aldeias, tem as suas casas destruídas. Há setenta e cinco anos que lhe é negado o direito de retorno e se confronta com uma colonização que devora cada vez mais terra palestina. Porém, apesar de submetido a um verdadeiro regime de apartheid, feito de discriminação, opressão e humilhação, ele nunca deixou de resistir e de lutar.”

4 – Depois de reivindicar “a guerra”, Netanyahu afirma o seu

propósito de prolongar a guerra de 1947, anunciando que “isto é só o princípio”. É dever imperioso de todos os trabalhadores, de todos os jovens, de todos os militantes, de todos os defensores da liberdade e da democracia porem-se ao lado do povo palestino e lutar pelo fim imediato do massacre. A mobilização que se iniciou em todos os continentes e em todos os países deve prosseguir e ampliar-se, impondo o mais rapidamente possível o fim dos bombardeamentos israelitas e o levantamento do bloqueio, já responsáveis por quase 10.000 vítimas e que, pela privação de água, alimentos e medicamentos, se arriscam a provocar dezenas de milhares mais. Nada pode justificar transformar Gaza num “ossário a céu aberto”, para citar os termos do vice-presidente dos Médicos Sem Fronteiras.

Fim dos bombardeamentos, fim da intervenção aérea e terrestre, levantamento do cerco, eis a causa comum de todos os que defendem a democracia e a humanidade.

5 – Mas não é tudo: todos os militantes, trabalhadores e jovens amantes da liberdade, da justiça e da democracia sentem a obrigação de apoiar o direito do povo palestino à autodeterminação e a regressar à sua terra, o direito à liberdade e o direito à vida. Nada pode justificar que um povo não tenha direito a viver. Os horrores produzidos pelo regime capitalista com as atrocidades cometidas contra os judeus pelos nazis durante a Segunda Guerra Mundial não podem justificar o horror perpetrado pelo Estado de Israel contra o povo palestino. Um genocídio não justifica outro genocídio; o extermínio do gueto de Varsóvia em condições atrozes não justifica hoje a liquidação do gueto de Gaza. A criança judia que levanta os braços ante os soldados nazis em Abril de 1943, nos últimos dias da heróica insurreição do gueto de Varsóvia, não serve de justificação para a criança palestina esmagada pelas bombas israelitas em 2023.

6 – Há 75 anos que a partição da Palestina imposta pela ONU, passando por cima do povo palestino, é fonte do sofrimento infligido ao povo palestino, condenado a uma errância eterna e a uma repressão sem limites. Sofrimento que acaba por se repercutir também na população judia, que paga pelas consequências da situação em que o projecto sionista a coloca. Combater a barbárie não equivale de maneira nenhuma a alimentar o anti-semitismo – que há que combater. É, bem pelo contrário, encontrar uma solução positiva para as componentes judaica e árabe que vivem na terra da Palestina. São cada vez mais numerosas – embora ainda minoritárias – as vozes que, tanto nas populações árabes palestinas como nas populações judias que vivem nas fronteiras de 1947, se erguem em defesa de outra perspectiva: a de que judeus, árabes, cristãos, muçulmanos e

ateus possam viver com igualdade de direitos e deveres num Estado assente nos princípios da democracia, numa Palestina laica, democrática e independente em todo o território histórico da Palestina. Seja por que caminho for, é a única solução para pôr fim de vez à situação gerada há 75 anos.

7 – Todos os governos das potências ocidentais, incluindo o governo americano, reivindicam a aplicação das resoluções da ONU. Será preciso lembrar que a dramática situação da Palestina é fruto da votação da resolução nº 181 da ONU, que determinou a partição, em 29 de Novembro de 1947? Será preciso lembrar que esta resolução instituiu um Estado judeu exclusivo e negou ao povo palestino o direito de ser componente do Estado na sua terra? Foi a ONU que, estribada num acordo entre as potências capitalistas e a União Soviética, então dirigida por Stalin, tornou possível a Nakba de 1948, a expulsão definitiva de 800 mil palestinos das suas terras, dos seus campos, das suas habitações. Tudo o que se passou depois foi fruto dessa votação em 1947.

8 – A ONU é a partição da Palestina. A ONU não pode ser a solução. Se bem que todos dela se reclamem, Israel, os EUA, mas também todos os dirigentes dos partidos de esquerda e várias organizações que dizem que são “amigas do povo palestino”, nós dizemos aos trabalhadores e aos jovens que “desconfiem de quem vos manda reivindicar as resoluções da ONU”. Das 81 resoluções adoptadas pela ONU sobre o Médio Oriente desde 1947, a única que teve aplicação foi a que permitiu aos sionistas constituir um Estado reservado exclusivamente aos judeus. Todas as outras resoluções, incluindo todas as que apelavam à restituição de territórios ocupados ou à moderação da colonização, nunca foram aplicadas. Citando a fórmula de Lenin, que ele usou a propósito da Sociedade das Nações, sua antepassada, a ONU mais não é do que

uma “caverna de bandidos”, já que a sua função consiste em permitir que os “bandidos” capitalistas de toda a espécie (antes conluídos com os bandidos burocratas contra-revolucionários estalinistas, agora metamorfoseados em bandidos oligarcas do Kremlin) se entendam entre eles. A ONU não é uma organização internacional garante da paz, é uma organização internacional garante da liberdade dos Estados capitalistas para actuarem segundo os seus interesses.

9 – A solução positiva do drama que a Palestina vive na carne há três quartos de século só pode vir da aplicação da perspectiva formulada já em 1947 pela IVª Internacional e pela sua secção palestina: a Constituinte palestina, que reúna, em igualdade de direitos, as suas componentes judias e árabes em todo o território histórico da Palestina. Se quisermos ser fiéis à verdade, temos de notar que a perspectiva de uma Palestina laica e democrática – consignada na Carta Nacional Palestina de 1968 – esteve na origem de todas as componentes do movimento nacional palestino. Foi depois abandonada sob pressão do imperialismo e dos regimes reaccionários árabes. Exactamente como, a seguir ao desmoronamento da URSS, todas as direcções oficiais do movimento operário abandonaram – não só na prática, também em palavras – a perspectiva do socialismo e, portanto, da abolição do regime de propriedade privada dos meios de produção. Para vencerem, os trabalhadores vão ter de (re)constituir partidos e uma Internacional que voltem a levantar plenamente, em palavras e actos, as posições que fundaram o movimento operário na origem: ruptura total com a burguesia, apropriação colectiva dos meios de produção. É esta a perspectiva que importa relevar nas lutas de classe – e a luta de classes está bem viva.

10 – Se a barbárie desaba sobre o povo palestino em Gaza e na Cisjordânia, é, também, porque, apesar das derrotas, apesar dos massacres, apesar dos reveses

● DOCUMENTO

>>> sofridos, nos últimos 75 anos, a revolução palestina nunca renunciou. Geração após geração, o povo palestino luta sem descanso pelos seus direitos, pelo direito ao retorno, pelo direito à reparação da terrível injustiça que lhe foi infligida com a partição e na primeira Nakba. A revolução palestina, a sua continuidade nos últimos 75 anos, é parte integrante dos processos revolucionários pelos quais, em todos os continentes, os povos, em particular os trabalhadores, se levantam pelas suas reivindicações. No período mais recente, disso deram conta os delegados à nossa conferência, assistimos a greves maciças no sector automóvel e do espectáculo nos Estados Unidos; a greves maciças nas empresas da China, apesar da proibição de organizações sindicais; a greves mais limitadas, mas tão significativas, dos trabalhadores na Rússia, em plena guerra e apesar dela; assistimos ao levantamento dos povos no Egipto e na Argélia; na África Ocidental, assistimos à mobilização popular contra a presença colonial francesa, exigindo o seu termo; assistimos à greve de dezenas de milhar de operários têxteis no Bangladesh. À barbárie capitalista contrapõe-se a mobilização legítima dos trabalhadores e dos povos pelos seus direitos. Esta arranca, por vezes, reivindicações. Também pode suceder as mobilizações operárias não serem coroadas de êxito. Ainda assim, todas estas lutas reflectem a realidade da luta de classes. Luta de classes esta, em cujo contexto os oprimidos e explorados reatam repetidamente o caminho da luta contra os exploradores e os seus governos.

11 – O futuro da humanidade está nas mãos da classe operária. O imperialismo decomposto atenta contra os direitos democráticos, incluindo os direitos de manifestação e organização, em toda a parte. Em todo o lado, a roda da história está a andar para trás em matéria de direitos adquiridos pelas mulheres trabalhadoras e do direito à instrução da nova ger-

ação. Em toda a parte há ataques à independência adquirida pelos povos, assim como à igualdade formal conseguida pelos negros dos Estados Unidos. Chegou-se mesmo ao ponto de, nos últimos anos, as antigas potências coloniais e o imperialismo decretarem o bloqueio total, primeiro, do Mali, depois, do Níger. Lutando pelo seu direito de organização, pelas liberdades democráticas, pelo direito das mulheres trabalhadoras, pela soberania das nações, pela oposição aos recuos sociais, a classe operária, o movimento operário, aliado a todas as camadas oprimidas da sociedade, choca contra o regime capitalista, contra o sistema de propriedade privada dos meios de produção. Esta resistência operária opõe-se ao plano inclinado em que se movem as potências capitalistas, o plano da generalização da guerra, da marcha para a terceira guerra mundial, que só a ampliação da mobilização da classe operária internacional poderá impedir.

12 – Pelo nono ano consecutivo, as despesas mundiais de armamento sofrem um aumento considerável: em 2023, gastaram-se com a guerra 2,5 biliões de dólares – 40% desse total só nos Estados Unidos! É uma cornucópia da abundância para os mercadores de canhões e para a indústria militar. Para os povos, as consequências são aterradoras, pois o armamento, produzido em constante progressão, tem de ser consumido, como todas as mercadorias em regime capitalista. Consequentemente, as guerras alastram. Do mesmo passo, os orçamentos dos Estados afastam cada vez mais verbas das necessidades do povo e dos serviços públicos para poder alimentar a guerra. É uma verdade particularmente certa no contexto da guerra provocada na Ucrânia. Esta guerra foi desencadeada, há cerca de dois anos, por Putin, representante dos oligarcas russos, esses multimilionários cujas fortunas se fizeram no saque da propriedade do Estado. Mas rapidamente ela mostrou ser o que realmente é: uma guerra, na realidade,



Marcha em Washington (EUA), 5 de Novembro

entre o imperialismo americano e a Rússia, uma guerra em que a NATO serve de instrumento do imperialismo americano para determinar o roteiro por que se hão de pautar todos os Estados capitalistas seus aliados. Os militantes que se batem pela reconstituição da IVª Internacional têm avançado, desde os primeiros dias da guerra, a palavra de ordem “Nem Putin, nem Biden”, “Tropas russas fora da Ucrânia, tropas da NATO fora da Europa”. Têm igualmente apelado à retirada de todas as tropas que mantêm a ordem neocolonial, nomeadamente as tropas francesas em África.

13 – O imperialismo arrasta a humanidade para a barbárie. Aspectos significativos de barbárie chegaram já, com estas guerras que se generalizam. As ameaças contra a China, que os capitalistas americanos querem submeter completamente às suas necessidades, poderão acabar numa guerra que arraste a humanidade para uma conflagração que ameace a sua simples existência. Outro tanto gravíssimas são as ameaças que pesam sobre o ambiente, porquanto os capitalistas estão determinados a perseguir sem vergonha o lucro, sejam quais forem as consequências, potencialmente dramáticas para a humanidade. Do mesmo passo que as especu-



lações financeiras permitem aos capitalistas acumularem lucros sem precedentes, a degradação da situação de milhares de milhões de seres humanos atinge proporções nunca vistas: a fome grassa, alastram epidemias, desenvolve-se a insegurança, Estados inteiros desfazem-se e desaparecem ou são entregues a bandos armados financiados pelas multinacionais que almejam as riquezas dos seus sub-solos. Dezenas de milhões de pessoas são atiradas para os caminhos do exílio, milhares delas neles perecem todos os anos. Num pólo, decomposição da sociedade; no outro, acumulação de riquezas imensas: eis a ilustração dramática do beco sem saída em que se encontra o sistema capitalista assente na propriedade privada dos meios de produção.

14 – À marcha para a barbárie nós contrapomos a luta pelo socialismo, pelo controle da produção pelos próprios produtores, pondo, assim, a economia ao serviço das necessidades da humanidade, do seu desenvolvimento e da defesa do ambiente, em vez da busca do lucro por conta da minoria de exploradores – o que exige lutar para abrir caminho a governos da classe trabalhadora, governos de paz, não de guerra.

15 – Nesta via, os trabalhadores

deparam-se com a recusa dos dirigentes das organizações que se reclamam dos interesses operários e populares em romper com a ordem capitalista. É um facto que os dirigentes dos partidos comunistas e dos partidos socialistas que há décadas aderiram àquilo a que eles chamam a “economia de mercado” se recusam obstinadamente a enveredar pela ruptura com a ordem capitalista. Quando participam em governos, é para aplicar

os planos capitalistas ditados pelo FMI, pela UE, pelo Banco Mundial em nome do pagamento da dívida ilegítima e dos respectivos juros. Não se pode deixar de observar que também as formações políticas que, nascidas mais recentemente, mostraram intenção de romper com os velhos partidos – o Syriza na Grécia, Podemos em Espanha, o Movimento 5 Estrelas em Itália, o Bloco de Esquerda em Portugal, La France insoumise em França –, não têm hesitado em votar pela guerra e pelos orçamentos de guerra nos respectivos parlamentos ou no Parlamento Europeu. Quando participam em governos, aceitam, na prática, acompanhar as políticas ditadas pelos capitalistas, votando milhares de milhões de ajudas aos capitalistas, virando, assim, costas às aspirações de quem vive do seu trabalho e sofre a fome, as privações e a falta de serviços públicos.

16 – É indispensável os trabalhadores agruparem-se no terreno de classe independente da classe capitalista e dos seus governos. Fazemo, desenvolvendo a luta de classe pelas suas reivindicações. Fazemo, intervindo em defesa dos direitos democráticos com os métodos da luta de classes. Mais se impõe, também, a necessidade de ajudar conscientemente à reconstrução do

movimento operário com um novo eixo: o da independência, o da ruptura com a ordem capitalista. Sabemos – e aferimo-lo na nossa conferência – que grupos, partidos e organizações que provêm de outras tradições operárias diferentes da nossa e não se reivindicam da IV^a Internacional tomaram caminhos que, mais tarde ou mais cedo, se cruzarão com o nosso. Talvez não na forma da IV^a Internacional, mas na luta comum pela Internacional Operária, por partidos operários. Temos consciência de que esta recomposição do movimento operário será um caminho longo. Somos IV^a Internacional, fiel ao seu programa, por considerarmos que ele responde às necessidades da luta de emancipação dos explorados. Não temos nenhuma intenção de a impor seja a quem for. Sustentamos – os nossos debates mostraram-no – que, desde que se respeite a democracia operária e a livre discussão entre correntes do movimento operário, os pontos de vista se podem aproximar, na discussão e na acção. O objectivo comum é a luta pela paz, pelo pão, pela liberdade, pelo socialismo. E, para isso, a luta por erguer o partido mundial da revolução socialista, erguer a Internacional Operária, herdeira da I^a Internacional de Marx e Engels e da Comuna de Paris, da II^a Internacional em cujo âmbito se construíram os maiores partidos operários de massas, da III^a Internacional que seguiu a vitória da revolução russa dirigida por Lenin, e a IV^a Internacional fundada por Leon Trotsky em luta contra a burocracia e a sua pretensa teoria do “socialismo num só país”.

Por esta via enveredámos. Convidamos os trabalhadores e jovens de todas as tendências a enveredar também por ela, a construirmos juntos a Internacional revolucionária de que os trabalhadores e os povos carecem para lutar e vencer, para pôr termo ao regime capitalista. Para que o socialismo vença a barbárie.

Aprovada por unanimidade menos duas abstenções, 6 de Novembro de 2023

● DOCUMENTO

Excertos do relatório de introdução à discussão da conferência internacional

Apresentado por Daniel Gluckstein em nome do Colectivo de Animação do CORQI

“Camaradas,
Queria, antes do mais, saudar, em nome de vós todos, o povo palestino hoje esmagado pelas bombas israelitas. Na discussão teremos ocasião de falar na resistência ininterrupta do povo palestino, desde há setenta e cinco anos, e do significado de que ela hoje se reveste.

Também quero dirigir a nossa calorosa saudação aos operários têxteis do Bangladeche que, neste momento preciso, milhares deles em greve, enfrentam a política do governo dirigido pela Liga Awami.

Faço esta dupla saudação em nome de todos, porque ela veicula aquilo que nós somos: partidários da luta de classes, lutadores pelo socialismo. Reivindicamos a herança da Iª Internacional, a Internacional de Marx e Engels, que afirmou a necessidade da independência da classe operária e ficou marcada pelo primeiro governo operário da história, a Comuna de Paris. Reivindicamos a herança da IIª Internacional, a Internacional que se meteu à construção de organização operárias de massas, políticas e sindicais. Reivindicamos a herança da IIIª Internacional, a Internacional de Lenin e Trotsky, construída com base na Revolução Russa de 1917. A nossa corrente aprendeu ao longo da história o significado da degenerescência e do fracasso dos velhos partidos. Com Leon Trotsky, fizemos parte integrante da Oposição de Esquerda na IIIª Internacional, contra a burocracia que se estava a constituir na União Soviética. Proclamámos a IVª Internacional nas vésperas da segunda guerra imperialista. Enfrentámos a crise de desarticulação da IVª Internacional em 1953. Quando os seus dirigentes de então



propunham aderir ao estalinismo, encarregado – diziam eles – de construir “o socialismo à sua maneira nos séculos de transição”, nós recusámo-nos a capitular e embrenhámo-nos no longo e difícil combate pela reconstrução da IVª Internacional com o camarada Lambert. Combate que veio dar à sua reproclamação em 1993, enquanto a União Soviética se desfazia, abrindo caminho a um tipo particular de capitalismo, um capitalismo mafioso assente na pilhagem da economia estatal, enquanto todos os dirigentes dos partidos oficiais do movimento operário, dos PCs e dos PSs, aderiam à economia de mercado, apresentada como “horizonte insuperável”. Mais perto de nós, enfrentámos a crise de 2015, quando um sector significativo da nossa organização, ao nível da França e internacional, renunciou abertamente à necessidade de construir um partido revolucionário para se ir juntar aos velhos aparelhos.

Para nós, a luta pelo partido revolucionário – não o escondemos – tem de se apoiar no programa da IVª Internacional, não

porque sejamos dogmáticos, mas porque a realidade dos factos validou o programa. A realidade demonstra que as análises e palavras de ordem avançadas por esse programa conservam grandíssima actualidade. Contudo, estamos cientes de que alguns camaradas que participam nesta conferência não se revêm hoje nesse programa da IVª Internacional. Não é só que isso não nos perturba: é, para nós, motivo de felicidade poder contar com esses camaradas como participantes nesta conferência. Pois sabemos que a recomposição do movimento operário com um novo eixo convocará forçosamente realinhamentos, discussões e confrontações. É nosso parecer que só a discussão livre, o pleno e inteiro exercício da democracia operária permitirão à classe operária abrir novas perspectivas. Não há emancipação operária sem democracia operária e discussão livre. No que nos diz respeito, o nosso princípio é este: encaramos todos estes acontecimentos de um mesmo e só ponto de vista, que é um ponto de vista de classe.

O que os trágicos acontecimentos da Palestina nos ensinam

Para elucidar o sentido do que vos quero dizer, gostaria, para começar, de abrir uma reflexão sobre o que os trágicos acontecimentos da Palestina nos ensinam.

A nossa conferência foi convocada muito antes de estes acontecimentos deflagrarem. Cumpre-nos não nos conformarmos com uma concepção parada da discussão, mas, bem pelo contrário, sermos capazes de dar a volta ao ordenamento de uma discussão nos termos inicialmente previstos, nela integrando o que está em andamento e dela extraindo constantemente a necessária verificação dos princípios que são os nossos e deduzindo as tarefas consequentes. Em primeiro lugar, os acontecimentos em curso na Palestina mostram-nos, mais do que tudo, que a revolução palestina surgida há setenta e cinco anos em consequência da partição imposta pelo imperialismo e pelo estalinismo – essa revolução palestina tão malferida e traída – continua, através dos piores sofrimentos e das piores atrocidades, viva. Nada se passaria hoje na Palestina se o povo palestino tivesse desistido de lutar pelos seus direitos.

Os acontecimentos em curso ensinam-nos outras coisas. Ensinam-nos, por exemplo, que aquilo que nos apresentam como sendo o “direito internacional” mais não é do que o respeito da ordem nacional ditada pelo imperialismo. A barbárie que se desenrola em Gaza mostra a humanidade inteira o futuro impiedoso que o regime capitalista assente na propriedade privada dos meios de produção lhe reserva, regime que não recua nem recuará perante nenhuma mentira, nenhuma falsa declaração, nenhum argumento falacioso para preservar o que considera ser seu direito imprescritível: o direito a explorar a classe operária, o direito a perpetuar a ordem neocolonial nos países que se emanciparam formal-

mente da tutela colonial, mas, na realidade, ficaram dependentes dela, o direito a manter a opressão.

Estes acontecimentos mostram-nos igualmente a continuidade da política contra-revolucionária. Ninguém pode nem deve esquecer que o Estado de Israel nasceu da cooperação contra-revolucionária entre o imperialismo americano e a burocracia estalinista do Kremlin. Estes acontecimentos mostram-nos igualmente que a Organização das Nações Unidas, que todos apresentam e reivindicam como alegada garante do direito, não passa daquilo a que Lenin chamou, a propósito da sua antepassada, a Sociedade das Nações, um “*covil de bandidos*”. Sim, a ONU é um covil de bandidos. Bandidos encarregados de defender os interesses das multinacionais, o regime, portanto, repita-se, da propriedade privada dos meios de produção.

Os acontecimentos em curso na Palestina lembram-nos igualmente que, na era de decomposição imperialista, mesmo as reivindicações democráticas mais elementares são espezinhadas. Nem a reivindicação do povo palestino a viver livre, num Estado livre em que a cada um seja reconhecida a condição de cidadão, nem a reivindicação a regressar para a sua terra são reivindicações proletárias: são reivindicações simplesmente democráticas. Há setenta e cinco anos que o imperialismo, com o apoio de todos os aparelhos que há muito capitularam perante ele, tudo faz para sufocar esta reivindicação democrática e mesmo para esmagá-la no sangue. Ela esbarra no sistema capitalista e em todos aqueles que o apoiam dentro do movimento operário, particularmente os aparelhos estalinistas e sociais-democratas. Para todos eles, de uma maneira ou de outra, é premissa a obrigação de respeitar todas as resoluções da ONU. Ora, a primeira dessas resoluções foi a que organizou a partição, em 1947, e criou, por conseguinte, o Estado de Israel, negando os direitos do

povo palestino. É impossível não notar que, em todo o mundo, mesmo quando é para se oporem em palavras ao massacre do povo palestino, mesmo quando é para dizer que condenam os bombardeamentos, os dirigentes dos PSs, dos PCs, os dirigentes pablistas saídos da crise de 1953, os dirigentes da corrente revisionista, da CCI saída da crise de 2015, todos eles, sem exceção, começam invariavelmente os seus documentos, as suas declarações, os seus panfletos, por exigir “*o respeito de todas as resoluções da ONU*”. Todos reivindicando, por conseguinte, que se mantenha a partição de 1947.

Camaradas, conheceis os textos da IVª Internacional desde 1947. Nunca variámos da asserção de que a partição criava, criaria e mantém a negação dos direitos legítimos do povo palestino. Não há, consequentemente, outra solução que não seja, escrevíamo-lo em 1947, escrevemo-lo hoje em 2023, o reconhecimento dos direitos de todos os cidadãos da região, independentemente da religião, origem ou cultura, a constituírem uma República laica e democrática, una, em todo o território histórico da Palestina. Quem lhe contraponha a solução de dois Estados ou tal ou tal “*negociação*” no âmbito da ONU, quem ache por bem reivindicar a “*paragem da colonização*”, fazendo de conta que ignora que a colonização é o alicerce de Israel desde os primeiros minutos da sua existência, ou quem reivindique “*o regresso às fronteiras de 1967*”, todos eles têm uma coisa em comum, quer queiram quer não: recusam-se a romper com a ordem imperialista. Esta recusa de romper com a ordem imperialista no caso da Palestina é extensiva à sua orientação em todos os outros domínios.

Repito, camaradas, que, apesar de todos os golpes que nos infligiram e apesar de todas as traições, o que a nós, militantes da IVª Internacional, nos guia é o compreendermos a continuidade da revolução palestina. Compreendemos que o consenso internacional

● DOCUMENTO

>>> contra a revolução palestina, a traição do estalinismo e dos PCs que levaram o Estado de Israel ao colo para a pia baptismal, mas também a traição dos dirigentes do movimento nacional palestino, ao abdicarem da Carta da OLP, tudo isso criou uma situação que não podia ser mais paradoxal.

A continuidade da revolução palestina encontra a sua expressão nos piores sofrimentos. Todas as revoluções da história da humanidade se fizeram nas mais contraditórias situações, em confrontos sangrentos, com coisas certas e outras menos, com coisas legítimas e outras menos. Tudo isso é verdade. A cada etapa, porém, a pergunta em que os marxistas têm de reflectir é esta: é expressão de quê? É claro que a morte dos civis israelitas é absolutamente lamentável e condenável, tal como a morte das vítimas em Gaza. Mas porque havemos nós de aceitar entrar na lógica daquela gente que gostava que nós fizéssemos coro com os assassinos de Hiroshima e de Nagasaki, de Dresden, Setif e Guelma?

Na aparência, a situação do povo palestino é desesperada. Não é desesperada, é trágica. Não é desesperada, porque a revolução palestina, que se transmite de geração em geração, põe uma questão, a da direcção revolucionária do movimento nacional palestino. Que nos remete para uma questão mais geral: a da direcção revolucionária da classe operária. O que interessa, portanto, é saber com que linha nos batemos e para quê. Houve um camarada que disse assim, numa discussão: “Acho bem recordar as nossas posições de 1947, mas isso não basta.” O camarada tem razão. Tanto é preciso explicar como é preciso agir. Agir, mobilizando o apoio ao povo palestino. Agir como agimos publicamente em França, lançando a palavra de ordem “*Judeus e árabes, todos unidos numa Palestina una, laica e democrática*” nas manifestações de apoio à Palestina. Centenas de manifestantes, à volta do nosso cortejo, muito deles trabalhadores e franceses

jovens de origem árabe, detiveram-se para gritar estas palavras de ordem connosco. Pois a situação é, pode-se dizer, tal, que são cada vez mais os jovens e trabalhadores que compreendem que as pretensas soluções de dois Estados, as pretensas soluções que visam preservar a partição de 1947 estão num beco sem saída. Repito que, nas manifestações, uma das faixas do POID exhibe, em letra muito grande, a palavra de ordem “*Judeus e árabes, todos unidos numa Palestina una, laica e democrática*”. Sim, é a nossa posição desde 1947. Só que, antes, ela nem sempre era amplamente compreendida ou susceptível de apreensão à nossa volta. Hoje, está a passar a sê-lo. Está a passar a sê-lo não apenas porque o povo palestino está a viver uma situação trágica, mas também porque está demonstrado

à vista do mundo que todas as outras pretensas soluções só agravam a situação e que só uma ruptura cerce com a ordem imperialista permitirá abrir uma perspectiva. Esta é a discussão que vamos fazer sobre a Constituinte palestina (discussão e elaboração de que saiu a aprovação de teses. Ler na página 24).

A nossa orientação política, de apoio à revolução palestina, inscreve-se numa orientação de conjunto

Os efeitos dos trágicos acontecimentos na Palestina já se sentem fora dela. Outros camaradas terão o ensejo de falar das mobilizações que levantaram centenas de milhares de jovens e trabalhadores em muitos países de língua



Militantes da *Jewish Voice for Peace* ocupam a estátua da Liberdade (Nova Iorque, 7 de Novembro)

ou cultura árabe ou de tradição muçulmana. Fora isso, no entanto, há alguma coisa que se está a modificar naquilo que se designa de opinião pública mundial, nomeadamente nos países imperialistas onde ela se tem tradicionalmente inclinado mais para o apoio a Israel do que à Palestina. A relação está com tendência para se inverter. Invertendo-se, está a dar uma indicação. Tenham ou não consciência disso, as centenas de milhares que se manifestam contra a sorte reservada ao povo palestino estão, mais geralmente, a manifestar-se contra a ordem imperialista. Já houve repercussões na situação interna de muitos países. E haverá mais. É por isso que a orientação política nossa, de apoio à revolução palestina, se enquadra numa orientação de conjunto que, em cada país, em moldes apropriados, aponta para trazer para a ordem do dia a necessidade de governos da classe operária, governos dos trabalhadores e dos camponeses pobres. Na Palestina, é a questão da junção entre os trabalhadores judeus pobres, que nada têm a ganhar com a manutenção do sionismo, e os palestinos. Como dizem os camaradas palestinos, numa Palestina livre e democrática, há perfeitamente lugar para quem, entre a população judia, renuncie ao estatuto privilegiado que o sionismo pretensamente lhe outorga. Estou convencido que essa perspectiva franqueará um caminho. Há hoje camaradas a continuar a defender publicamente esta posição, mesmo em Gaza bombardeada. Alguns fazem-no em Israel, até entre os que tiveram gente próxima assassinada nos kibutz. É isto que, para nós, constitui o fundamento da perspectiva da IVª Internacional e da sua secção palestina.

Compreender o que se está a passar na Palestina é compreender a situação mundial que se desenha. Há coincidências que são, evidentemente, mais do que coincidências. A Palestina faz-nos dizer que o que as últimas semanas trouxeram à colação são os

setenta e cinco anos desde a *Nakba*. Lembrar-vos-eis de que a insurreição que ocorreu no Sri Lanka há uns meses tinha como uma das suas palavras de ordem “74 anos, já chega!”: eram os setenta e quatro anos da ordem imperialista imposta naquela região do mundo. Há uns meses, na África Ocidental, manifestações de massas, no Níger, que vinham na sequência de manifestações e insurreições no Burkina Faso e noutros países da região, como o Mali, tiveram como reivindicação central “*Fora com a presença francesa!*”. Portanto, independentemente da apreciação que se deva ter das juntas no poder, das forças políticas representadas, dos possíveis laços com outros imperialismos, o facto marcante é que “*França, fora!*” quer dizer: fora com a ordem neocolonial que prolonga a ordem colonial! Uma vez mais se encontra a rejeição de toda a ordem mundial nascida em Ialta e Potsdam em 1944-45, que ainda hoje se mantém até certo ponto. O nosso quadro é o dessa compreensão de que, hoje, todas as mobilizações operárias e populares põem em causa, de uma maneira ou de outra, em todos os continentes, as instituições nascidas ao findar a segunda guerra imperialista. Todas essas instituições estão relacionadas com o conteúdo do “*covil de bandidos*” da ONU. Foi lá, com efeito, que se ataram os fios dos acordos entre potências imperialistas e com o aparelho da burocracia do Kremlin. Foi lá que foi reconhecida às antigas potências coloniais a legitimidade de continuarem – por outros meios – a pilhar as suas antigas colónias. Foi lá que se constituiu o dispositivo que faz com que hoje, em África, as multinacionais americanas, francesas, inglesas e belgas pilhem os recursos dos países, transformando, por exemplo, a República Democrática do Congo no palco de choques sangrentos permanentes. Por trás destas confrontações entre pretensas facções étnicas estão, antes de mais nada, as multinacionais que se guerreiam, por povo congolês entre-

posto. Os povos vêm lutando há décadas, em moldes muito variados, contra esta ordem imperialista, contra o quadro imposto há setenta e cinco anos. Não se podendo mencionar todos, evoque-se o povo argelino, na sua luta de libertação nacional, o povo vietnamita, que expulsou o imperialismo americano, a revolução cubana, a revolução chinesa, os processos de revolução política em Berlim Oriental, na Polónia, na Checoslováquia... todos eles deram expressão à aspiração dos povos a desfazerem-se deste espartilho.

Sabemos, porque o vivemos, que a desagregação da União Soviética veio acrescentar a esta situação um factor da maior importância e profundamente negativo: o desenvolvimento de um capitalismo mafioso assente na pilhagem do que restava da propriedade estatal. Já em 1991 afirmávamos: desta nova situação saída do desmembramento da União Soviética não emergirá uma “nova ordem mundial”. É o que hoje verificamos. O que vemos sob os nossos olhos é a “ordem mundial” originada em Ialta e Potsdam a desfazer-se, sobrevivendo apenas graças à generalização das guerras, à destruição generalizada das nações. Revela-se assim, até certo ponto, a actualidade da análise de Lenin, a saber o que é o capitalismo uma vez ele chegado ao estágio do imperialismo ou, mais exactamente, para citar Lenin “*ao estágio da putrefacção imperialista*”.

A teoria é importante porque se alicerça na generalização da experiência histórica do movimento

É chegado o momento, nesta discussão, de nos debruçarmos sobre algumas questões teóricas. Para os marxistas, a teoria é importante não por nos dar um guia de receitas prontas para a revolução mundial ou citações boas para usar a torto e a direito: a teoria é importante porque se alicerça

● DOCUMENTO

>>>

na generalização da experiência histórica do movimento. É importante na medida em que nos permite tentar compreender as linhas do desenvolvimento vindouro. Nem por isso é, porém, menos necessário confrontar permanentemente a teoria, produto da realidade, com a realidade dos factos. As conclusões teóricas que se tenham podido retirar deste ou daquele desenvolvimento histórico podem ver-se confirmadas ou infirmadas, ou matizadas ou modificadas pela própria realidade. Neste ponto, é necessário aplicar este método a partir da análise do capital que Marx propõe. Em particular, daquilo que Marx viu desenharse e que foi depois desenvolvido e afinado por outros, a saber, que uma das contradições essenciais do capital como relação social de exploração é a contradição entre a tendência para o desenvolvimento ilimitado das forças produtivas e o carácter necessariamente limitado da apropriação (repartição) das novas riquezas. Foi desta contradição, que redundava em que, num momento dado, um certo mercado não possa absorver todas as riquezas produzidas, que o capitalismo se procurou evadir no século XIX, partindo à conquista de novos mercados. Foi a conquista das colónias, o alastramento das relações sociais capitalistas de produção a todas as regiões do globo e a todos os sectores da vida económica e social. Só que, uma vez constituído o mercado mundial, o capitalismo volta a esbarrar na sua própria contradição. Conhece-se a lei fundamental da economia capitalista que Marx fixou em *O Capital*: a lei da baixa tendencial da taxa de lucro. Um seu efeito, na etapa ascendente do capitalismo, era estimular o desenvolvimento das forças produtivas. Na época do imperialismo, ele tende a transformar-se no seu contrário e passar a ser um factor de destruição das forças produtivas. Também se conhece – mas tomo a liberdade de voltar a lembrá-la – a fórmula de Marx: “*Chega o momento em que nascem forças produtivas e meios de circulação que já só podem ser nefastos no*



quadro das relações existentes e, deixando de ser forças produtivas, passam a ser forças destrutivas.” Marx elucida ter sobretudo em mente “*o maquinismo*” e “*o dinheiro*” na conta de principais forças produtivas com o condão de se transformarem em forças destrutivas. Algumas décadas mais tarde, Rosa Luxemburgo acrescentará um terceiro factor: a economia do armamento e a economia de guerra. Na sua obra, *O imperialismo, estádio supremo do capitalismo*”, Lenin deduz da sua análise que, com o capitalismo chegado a um estádio em que deixa de poder contar com a simples ampliação ilimitada dos mercados, “*o imperialismo passa a só poder sobreviver a si próprio*” à custa, por um lado, da sua putrefacção no plano económico e, por outro lado, de guerras inter-imperialistas, da tendência para os imperialismos mais poderosos esmagarem os imperialismos mais fracos. Repito: o próprio capitalismo se debate com esta contradição fundamental entre tendência para o desenvolvimento ilimitado das forças produtivas e o carácter limitado do mercado. As leis que permitiram o desenvolvimento do capitalismo tendem a transformar-se nas leis do seu desmoronamento. Podemos afirmar, como IVª Internacional, não por uma espécie de idolatria dos grandes pensadores que nos antecederam, mas pela simples

observação dos factos, que a tendência para a transformação das forças produtivas em forças destrutivas se acha confirmada, a um grau aliás, antes dificilmente imaginável, pelo estado actual da situação mundial.

As “vantagens” da economia do armamento

Peguemos nestes três critérios. Para começar, a questão da economia de guerra e da economia de armamento. Este ano de 2023 foi o nono ano consecutivo de aumento das despesas de armamento no mundo. Para só pegar no exemplo do imperialismo americano: o seu orçamento militar era da ordem de 750 mil milhões de dólares em 2022. Passou a 858 mil milhões de dólares em 2023. O ano de 2023 ainda não acabou, e as despesas de armamento dos Estados Unidos – muito além do orçamento previsional – já ultrapassam 1 bilião de dólares (1 milhão de milhões), representando mais de 40% das despesas de armamento mundiais. Para dar uma bitola para as proporções reais: sabe-se que a propaganda imperialista diz que mais militarista que a Rússia não há; a realidade: o orçamento do armamento dos Estados Unidos é dez vezes do da Rússia. Em todos os países capitalistas, especialmente os da NATO, o imperia-

lismo americano impôs aos governos que aumentassem constantemente os orçamentos com o armamento. Donde que, à escala mundial, nos aproximemos do nível recorde para o ano de 2023 de 2,5 biliões de dólares de despesas com armamento. Equivale ao produto interno bruto de um ano de um país como a França. À escala mundial, é 2,5% do produto interno bruto: somas gigantescas. Fazendo uma só comparação, citemos a do presidente da Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO) – portanto, o organismo da ONU que tem a seu cargo lutar contra a fome no mundo – , que declara que, para chegar à erradicação completa da fome no mundo, bastaria afectar 40 a 50 mil milhões de dólares por ano até 2030. Comparem-se 50 mil milhões de dólares por ano para erradicar a fome no mundo com 2,5 biliões para o armamento: parece-me que não é preciso comentário. A quem aproveita este desenvolvimento exponencial da economia do armamento? Todos os organismos de observação, todos eles, dizem que é essencialmente a indústria de armamento dos Estados Unidos quem beneficia desta explosão das despesas de armamento. Um dos meios para isso é a harmonização dos sistemas de defesa dos países da NATO, que dá em eles terem de se apetrechar, todos, com material de guerra americano. Este desenvolvimento da indústria do armamento tem a vantagem de engordar substancialmente as multinacionais do armamento, que anunciam resultados estratosféricos. As cotações das suas acções nas praças financeiras experimentam incrementos extraordinários. Esta indústria tem outra vantagem para os capitalistas: como serve para destruir, abre novos mercados de reposição do que se tiver destruído. Ocorrem nesta altura grandes discussões entre os grandes grupos capitalistas para saber quem vai beneficiar com o plano de reconstrução da Ucrânia e, portanto, quem é que vai beneficiar do dinheiro do povo ucraniano para se reconstruir. Como imaginam, as multinacionais americanas já

partem com um belo avanço.

Outra vantagem da economia do armamento para os capitalistas é que o seu produto é para consumir e, portanto, é preciso repô-lo. Quanto mais tanques, bombardeiros e munições se destruírem no terreno da Ucrânia, mais a indústria vai ter de carburar para poder repor. Ou para repor as armas não usadas, mas que ficam obsoletas por entretanto terem aparecido outras. A vantagem da economia do armamento? É beneficiar de uma espécie de financiamento cativo. A guerra, a ameaça de guerra, “obriga” os governos capitalistas a afectar parcelas cada vez maiores dos seus orçamentos à economia de guerra. Num país como a Polónia, que não é um dos países mais ricos da Europa, o governo serve-se da guerra vizinha na Ucrânia para aumentar a quota do PIB afecta ao armamento para 4% do PIB. Quatro por cento do PIB, não deve andar longe de um terço do orçamento! A economia do armamento impõe, ainda, algumas obrigações. Em primeiro lugar, subentende-se que, para ela se poder manter, é preciso consumi-la, portanto guerras. Antes de se desenvolver a economia armamentista por haver guerra, desenvolve-se a guerra por haver economia armamentista. Assim se dá alento à multiplicação das guerras e à sua duração. Já se anuncia que a guerra entre a Rússia e a Ucrânia ainda vai ter de durar várias décadas. Isso tem a “vantagem” de consumir amplamente as reservas militares. A França anuncia que vai ser obrigada a fornecer material militar à Ucrânia – e vai, portanto, ter de repor todo o seu material militar (ficou-se sem tanques, ficou-se sem canhões, deu-se generosamente aos ucranianos). Consequentemente, vai-se tornar necessário financiar a reposição. Qual dos partidos institucionais vai poder recusar financiar tal reposição, sabendo que interessa defender-“nos” depois do bonito gesto de boa vontade de ajuda aos ucranianos? Ninguém. Por isso, quando o governo francês pôs à votação uma lei de programação

militar 40% superior à anterior, todos os partidos de esquerda disseram aprovar o princípio de aumentar a despesa militar.

Bom, a guerra tem o “inconveniente” de destruir vidas humanas. Para a classe capitalista, é um “inconveniente de somenos”. Não foi o ex-general americano Jack Keane que declarou, em 4 de Outubro de 2022: “*Nós investimos e, repito, investimos, 66 milhões de dólares na Ucrânia este ano, o que representa cerca de 1,1% (do orçamento). Que obtemos em troca deste investimento? (...) Obtemos que a Ucrânia se bata, que destrua literalmente o exército russo no campo de batalha, fazendo-o andar para trás anos e anos.*” Servindo-se de uma porção de números, salienta que “o retorno do investimento” é rentável. Não se fica a saber o que ele acha do retorno do investimento que se traduz na destruição de 200 mil vidas humanas de jovens ucranianos e jovens russos. É líquido que não é problema dele.

A guerra também pode escapar ao controle. Não é por, como marxistas, compreendermos o jogo das forças sociais e das instituições que isso quer dizer que toda a gente controla tudo. Há numerosas contradições. Assim, olhando para a situação no Médio Oriente – e ao contrário da narrativa quer dos americanos quer dos israelitas –, está longe de ser certo que o Irão tenha feito força para o Hamas atacar. Tão-pouco o é que o Irão queira à viva força entrar num conflito generalizado. Também não é certo que o imperialismo americano queira à viva força um conflito com o Irão, dado que tem outras prioridades: a Ucrânia e, evidentemente, a China, que continua a ser o seu principal problema. Mas é bem possível que uma parte do *establishment* sionista queira a guerra com o Irão, que obrigaria toda a gente a alinhar com Israel. Quem ganhará? Quem poderá dizer com certeza se as múltiplas provocações de Israel hoje vão ou não redundar no envolvimento do Hezbollah e, puxado pelo Hezbollah, do Irão? Ninguém pode dizê-lo. Mas, e se acontecesse? Seria mais

● DOCUMENTO

>>>

um passo para a transformação das guerras em curso numa guerra mundial em tudo menos no nome.

Tereis, aliás, reparado que há cada vez mais dirigentes imperialistas a evocarem a possibilidade de “estarmos a caminhar para uma 3ª guerra mundial”. Até o papa – que, ao contrário do que por aí se diz, é um dirigente político informado – o evocou numa entrevista há alguns meses. Um responsável político burguês alemão declarou que não podia excluir a hipótese de uma conflagração nuclear. E é nesta situação que estamos. E é a partir dela que devemos afinar a nossa posição sobre a guerra.

Em caso de confrontação entre os Estados Unidos e a China, os trabalhadores do mundo inteiro não podem ter uma atitude neutra

Tivemos uma discussão com alguns camaradas chineses que não estão aqui presentes. Toda a gente sabe que é possível uma guerra entre os Estados Unidos e a China. Não é certo, mas é uma possibilidade. Os dirigentes do imperialismo, nomeadamente do americano, mas não só, desdobram-se em declarações de que “vamos ser obrigados a ir ao confronto com a China”. Sendo assim, precisam, como sempre, de avançar razões. Poderão puxar de várias: Taiwan, as ilhas do Pacífico, os uigures... Quanto à verdadeira razão, nós conhecemo-la: nesta crise mundial do capitalismo, o facto de se manterem, na China, elementos de propriedade estatal (particularmente de uma boa parte da indústria), se manter o monopólio do comércio externo e mesmo o monopólio político do Partido Comunista, tudo isso são obstáculos ao que os capitalistas consideram como seu direito absoluto: o direito de se apoderarem directamente do controle da economia mundial e, por conseguinte, também, da economia chinesa, fechando todas as fábricas que for preciso fechar, sobre-ex-

plorando todos os operários que for preciso sobre-explorar e não, como por agora fazem na China, passando pela intermediação da direcção do Partido Comunista Chinês e do governo chinês. A pretensão do imperialismo americano de se apoderar directamente do controle da economia chinesa e, conseqüentemente, de ir para o confronto com a China, é a pretensão geral do imperialismo, entalado pela sua própria crise, de tentar resolvê-la conquistando novos mercados que ainda lhe escapam. E é uma certeza que uma boa parte do mercado, na China, ainda lhe escapa.

Na discussão que travámos com estes militantes chineses, expusemos-lhes com clareza a nossa posição: vocês são contra a burocracia chinesa; nós, também. Vocês acham que ela vira costas aos interesses da classe operária chinesa; nós, também. Vocês acham que os trabalhadores chineses têm o direito inalienável de se organizarem de maneira independente; nós, também. Vocês são por sindicatos operários independentes chineses; nós, também. Resta esta questão: que posição tomam em caso de ataque do imperialismo americano à China? Entre os militantes chineses com quem discutimos, alguns responderam: “Somos pelo derrotismo revolucionário”. Foi um ponto de desacordo claro conosco. Eu, pela minha parte, sou a favor do derrotismo revolucionário em França; mas não sou favorável ao derrotismo revolucionário na China.

O derrotismo revolucionário, nos termos em que Lenin o definiu, consistia em que, em caso de confronto entre potências imperialistas – no caso concreto, o imperialismo czarista e o imperialismo alemão ou austro-húngaro –, os revolucionários tinham que ser pela derrota do seu próprio governo. Essa posição opunha-os aos social-chauvinistas, que eram pela defesa da sua pátria contra as outras: os social-chauvinistas franceses defendiam a República Francesa contra as “ameaças ditatoriais” do *kaiser* da Alemanha, e os seus “camaradas” alemães defendiam a civilização alemã contra as “hordas selvagens asiáticas” da Rússia, etc.



Piquete de greve dos trabalhadores do em Chicago (Estados

Ao contrário dos social-chauvinistas, Lenin dizia que “*para um revolucionário russo, a prioridade é a derrota do seu próprio governo*”. A isso chamou a ele derrotismo revolucionário. O militante chinês que referi, dizendo que “sou pelo derrotismo revolucionário”, está-se a pronunciar, na prática, pela derrota da propriedade estatal e pela vitória do imperialismo americano. Revolucionários proletários não podem alinhar nesta posição. Defendem as velhas conquistas operárias, por muito deformadas que estejam. O que resta da propriedade estatal na China, produto deformado da revolução chinesa, aquilo que subsiste apesar da direcção chinesa e da sua política de abertura ao capitalismo, apesar da sua política anti-operária, que proíbe sindicatos, aquilo que subsiste continua, apesar de tudo, a ser uma conquista deformada da classe operária. Em caso de confronto entre os Estados Unidos e a China, nem os trabalhadores de todo o mundo nem os trabalhadores chineses podem ter uma atitude neutra. Temos o dever de dizer: “Sem dar nenhum apoio à direcção chinesa, que combatemos, apoiando os operários chineses que estão construindo os seus próprios sindicatos, apoiando a classe operária chinesa, apoiando a juventude chinesa, não aceitamos a intervenção imperialista e



sector automóvel filiados na UAW, Unidos, Outubro)

temos de opor-nos a ela, combatê-la.” Sabemos que nem toda a gente comungará nesta posição. Sabemos que muitos pequenos burgueses, os mesmos que hoje, a propósito do Estado de Israel, gritam “Viva a ONU!”, gritarão amanhã: “Vivam os uigures, viva a democracia na China!”, ou não sei mais o quê, a justificar a intervenção imperialista. Nós mantemo-nos e manter-nos-emos independentes.

Aqui em França, mas não só aqui, temos citado a famosa declaração de Jean Jaurès acerca da guerra: “*O capitalismo carrega a guerra como a nuvem carrega a tormenta*”. É uma frase correctíssima – embora, como escreveu Trotsky, tendo Jean Jaurès sido assassinado em vésperas da deflagração da Primeira Grande Guerra, ninguém saiba o que ele teria feito durante ela. Teria porventura alinhado com o lado social-chauvinista? Nunca o saberemos. No entanto, em si mesma, a fórmula de Jean Jaurès tem muita actualidade. Na luta contra a guerra, nós não nos transformamos em carneiros a balir que “é preciso paz, é preciso paz, é preciso paz”. A guerra na Ucrânia, tal como as que têm eclodido em África e a ameaça de guerra contra a China, a guerra hoje travada contra o povo palestino, todas elas nos reconduzem, cada uma à sua maneira, a uma evidência:

condição para a paz é acabar com o regime da propriedade privada dos meios de produção. Aquilo que Lenin verteu na fórmula “*transformar a guerra imperialista em guerra civil*” pode hoje traduzir-se em “transformar os desenvolvimentos da guerra, hoje, em luta pela paz, em luta, portanto, pelo socialismo”.

“O maquinismo” nos nossos dias

Passo ao segundo critério: Marx falava da máquina e do maquinismo. Traduzindo para hoje: a substituição do trabalho humano por tudo o que tem que ver com a informática, a Internet e, agora, exponencialmente, a inteligência artificial. Não é por acaso que as greves em curso incluem cada vez mais nas reivindicações a recusa da substituição da força de trabalho pela inteligência artificial. Foi assim no caso dos actores de Hollywood, como o foi no dos operários do sector automóvel nos Estados Unidos e em muitas outras greves. A Goldman Sachs, o famoso banco de negócios americano, avaliava, em Maio último, o número de empregos ameaçados de destruição à escala internacional pela aplicação da inteligência artificial em 300 milhões. É evidente residir aí um factor de destruição da maior importância, que reduziria centenas de milhões de trabalhadores a uma situação mais do que precária, à atomização total.

A finança não é menos temível do que a economia do armamento

E depois há o terceiro critério de que Marx falava, o “dinheiro” como força destrutiva – que assume hoje formas inverosímeis. Marx explica que “*o capital é o dinheiro sempre a brotar*”. A finança não é menos temível do que a economia do armamento. A situação mundial caracteriza-se actualmente pelas montanhas de capitais, uns reais, outros fictícios, que

passeiam permanentemente entre centros financeiros, entre investimentos, ávidos de novos meios de valorização, dê lá por onde der. Capital que não se valoriza é capital que se destrói. Estas massas de capitais adquiriram dimensão tal, que já só podem sobreviver destruindo-se uns aos outros ou alimentando-se da destruição da força de trabalho. É-lhes necessário apropriarem-se de parcelas de mais-valia em todas as suas formas. Especula-se de todas as maneiras possíveis com acções, com obrigações, com produtos alimentares, com energia, directamente ou indirectamente. Contudo, sejam quais forem os moldes destes movimentos especulativos, as consequências caem sempre em cima dos trabalhadores e dos povos. É o que se vê, por exemplo, com a actual vaga de inflação, que afecta duramente os trabalhadores em todo o mundo. A inflação é uma arma que permite tributar directamente o valor da força de trabalho: reduzindo o poder de consumo do proletário, reduz-se o valor real da sua força de trabalho em termos de capacidade de consumo. Reflexo da luta histórica da classe operária pela defesa do valor da sua força de trabalho, todas as greves que actualmente correm o mundo põem, umas de uma maneira, outras de outra, a questão do aumento dos salários face à inflação, na Coreia como na China, nos Estados Unidos como na Alemanha, em toda a parte.

Neste considerável inchaço da finança como meio de destruição, é preciso entrar com a questão da dívida. A dívida global, portanto a combinação da dívida privada e da dívida pública, representava, em 1970, 100% do produto interno bruto. Por outras palavras, se fosse preciso reembolsar a dívida, era necessária a totalidade da produção de riqueza de todo o planeta. Hoje, se se lhe integrar a dívida do sector financeiro, chega-se a mais de 300% do produto interno bruto. Portanto, se hoje fosse preciso reembolsar o que é “devido” aos bancos e instituições financeiras, tinha de se lhes oferecer a totalidade da riqueza produzida

● DOCUMENTO

>>>

pelo género humano em três anos. Consegue-se imaginar a espada de Dâmocles que, assim, se faz pesar sobre a economia mundial e a população mundial? Para que serve esta dívida que não pára de inchar? Serve para especular. E é uma espécie de mecânica sem fim: quanto mais a dívida se desenvolve, mais serve para especular, para apropriar uma parcela maior de lucros, que servirão, por seu turno, para aumentar a dívida.

A maior parte das grandes empresas capitalistas multinacionais vê os seus lucros aumentarem e distribui dividendos aos acionistas como nunca antes distribuiu. A curva geral das cotações nas principais bolsas está em aumento constante, os lucros explodem, até as empresas produtoras de mais-valia que não têm, em princípio, que ver com finança afectam uma porção crescente dos seus capitais e lucros à especulação. Último exemplo até à data: a British Petroleum, a Total e a Shell sacaram este ano, como produto das suas especulações financeiras, 20% dos seus proveitos anuais. Há quatro anos, eram 13%. Fica clara a atracção que a especulação exerce para sacar margens de lucro suplementares.

Já a dívida pública, a dívida dos Estados, portanto, desempenha um papel particular. Já representa 40% da dívida mundial – um aumento de 500% em vinte e cinco anos.

Para que serve esta dívida pública? Em primeiro lugar, serve para pagar os juros da dívida. Parece absurdo? Mas é assim. Faz, por conseguinte, com que se cortem os orçamentos para pagar os juros da dívida. Permite, assim, engordar os bancos que emprestaram dinheiro e financiar os capitalistas, permitindo-lhes investir para obter mais lucros. Tudo sob a vigilância das agências de notação, que andam por aí para dizer se se pode ou não emprestar a um dado Estado. Reagem conforme a política de austeridade que se leve a cabo.

Esta dívida é a coluna vertebral do sistema financeiro do imperialismo. Integrar-se-á, no mais, na dívida aquilo que se designa por



Greve dos guionistas e actores de Hollywood (Estados Unidos, Setembro)

shadow banking, que está em plena expansão. O *shadow banking* é poder pedir emprestado não só a instituições que existem para isso – bancos, instituições de crédito –, mas também a outras instituições, nomeadamente fundos institucionais e fundos de pensões. Um destes organismos (que tem tido grande êxito em França à conta da ligação ao presidente Macron) chama-se BlackRock. Este fundo institucional americano passeia-se pelo mundo para “emprestar” dinheiro... podem imaginar em que condições. O *shadow banking*, que tem, assim, o interesse de os capitalistas poderem pedir emprestado com bastante facilidade – também podem perder muito dinheiro – gere actualmente metade dos activos financeiros do planeta. Metade dos activos financeiros é, portanto, colocada em bancos ou instituições com agências públicas, a outra metade em organismos que fazem investimentos mais ou menos aventureiros, que, num ápice, vão perder milhares de milhões de um lado e ganhar outros noutro lado.

Para vos dar uma ideia, aquilo que se designa por activos financeiros representava há quinze anos já 220 biliões de dólares. Hoje representam 490 biliões. Não sei se toda a gente mede bem o que isto significa. Acho que o PIB mundial anda na ordem dos 100 biliões de dólares; andam, portanto, a passear por aí cinco anos de PIB, à con-

quista da pilhagem de todos os mercados, na forma de activos financeiros, capitais fictícios e capitais reais. Claro que isso possibilita lucros recorde. Segundo a ONG Oxfam, de vinte e seis em vinte e seis horas aparece um novo multimilionário. Um novo multimilionário de vinte e seis em vinte e seis horas! Só que de quatro em quatro segundos morre um ser humano por razões económicas.

Os dez homens mais ricos do mundo mais do que duplicaram as suas fortunas nos dois anos da pandemia. No mesmo período, 99% da espécie humana viram as suas condições de vida cair por aí abaixo. É possível inclusive dar o pormenor de que mais 160 milhões de pessoas foram mergulhadas na pobreza.

E agora, em consequência da especulação com os cereais e produtos alimentares, a Organização das Nações Unidas anunciou que centenas de milhões de mulheres e homens, especialmente nos países de África e do Médio Oriente, vão fazer face ao que a ONU designa de “*furacão de fome*”. Tem-se dito que a especulação com cereais se deveu à guerra na Ucrânia, mas convém recordar que há décadas que o epicentro do comércio mundial de cereais se chama *Chicago Board of Trade*, situado, é claro, na cidade de Chicago, que não está situada na Ucrânia, mas sim nos Estados Unidos. Portanto,

onde se organiza a especulação com cereais é nos Estados Unidos.

A humanidade chegou a um estádio em que ameaçada está a própria existência do género humano

De uma situação como esta devem derivar posições claras: a luta contra a guerra é a luta pelo derrube do capitalismo. Quanto à especulação financeira: a única palavra de ordem concebível é a anulação da dívida, a confiscação dos lucros especulativos e dos lucros das grandes empresas capitalistas. Assim como é necessário confiscar centenas de milhar de milhões de lucros da economia do armamento para pôr essas somas gigantescas ao serviço da satisfação das necessidades da humanidade. Mas não basta dizer isso. Temos consciência de que a humanidade chegou a um ponto em que está ameaçada a própria sobrevivência do género humano. Falámos da guerra e das palavras de ordem contra a guerra. Também podíamos falar de outros fenómenos que ameaçam o género humano. Por exemplo: há um consenso internacional que diz que o ambiente da espécie humana está ameaçada. Toda a gente o diz, toda a gente o repete, convocam-se conferências internacionais, contra o aquecimento do clima, contra a poluição dos mares pelos plásticos, pela preservação das espécies animais ameaçadas, etc.

É necessário dizer as coisas com clareza: do mesmo modo que é ameaçado pela possibilidade de uma 3ª guerra mundial e mesmo de uma guerra nuclear, o género humano está ameaçado pela possível destruição por fenómenos de desregulamentação ambiental que tendem a escapar cada vez mais a qualquer controle. Só que não é por o género humano não ser capaz de ter mão neles que eles escapam ao seu controle, eles escapam ao seu controle porque o sistema capitalista assente na propriedade privada dos meios de produção não tem nenhum inter-

esse, como sistema, em tomar medidas que permitam anular, conter ou gerir a desregulamentação ambiental. Têm-se publicado relatórios oficiais sobre a aplicação das recomendações das conferências ambientais dos últimos vinte anos. A resposta é clara: aplicação, zero. Lê-se nos relatórios: “É surpreendente o aquecimento climático não ter sido dominado.” Mas não, não admira! 71% dos gases com efeito de estufa são produzidos por cem multinacionais. Ao contrário do que nos têm andado a dizer, não são produzidos por algum de nós ou nós todos na nossa vida quotidiana. Só que não existe nenhum mecanismo que as coaja. Um dos principais mecanismos para, alegadamente, conter os gases com efeito de estufa é o mecanismo das quotas de emissão de carbono. É, de facto, uma patifaria das grandes! Na prática, é um direito a poluir: quem polui tem o direito de comprar direitos a poluir a quem não precise deles. Isso serve para organizar uma especulação. Há uma praça bolsista para o direito de poluir. Acho que fica nos Países Baixos. Ali se organiza uma especulação mundial sobre o direito de poluir – uma nova fonte de lucros que, obviamente, não impede poluição nenhuma, tanto mais que aquilo que, pelo contrário, se adquire, é um direito a poluir.

Um dos exemplos mais recentes: um Estado da península da Arábia, produtor de petróleo, comprou um quarto da superfície da Libéria, que não produz gases com efeito de estufa, pois não é um país lá muito industrial. A tal superfície dá-lhe direitos legais que lhe permitem “dar provas” de estar a lutar contra os gases com efeito de estufa.

Não sei se estão a ver como as coisas funcionam: “Eu poluo, mas compro um milhão de hectares de florestas que não produzem gases com efeito de estufa; portanto, o balanço de carbono positivo delas vai-me “contrabalançar” o balanço de carbono dos meus campos de petróleo. Isto feito, continuo com as minhas actividades exactamente como antes, posso continuar a pro-

duzir gases com efeito de estufa e a ameaçar a humanidade legalmente. Mas pronto, o que interessa é que mantive os interesses e os lucros da minha multinacional.”

Pode-se fazer demonstração idêntica em matéria com consequências de extrema gravidade, que é o da poluição dos oceanos com plástico. Mais uma vez, grandes declarações e, está claro, medida nenhuma. A regra é: nenhuma medida que constanja as multinacionais. Ora, quem é que despeja milhares de milhões de toneladas de plástico nos oceanos? As multinacionais que envenenam a humanidade.

Só um governo que represente os trabalhadores e os povos, portanto um governo que não tente proteger os lucros, mas tente, sim, responder às necessidades da humanidade, terá a audácia de impor medidas coercivas às multinacionais de cada país e à escala internacional.

Estamos ameaçados pelas guerras, pelas ameaças ao ambiente, pelo desmoronamento social. Estamos ameaçados pelo despedaçamento dos Estados e das nações a que as guerras imperialistas e a pilhagem imperialista levam. Milhões de seres humanos são hoje refugiados, deslocados, para campos, para países vizinhos dos países em guerra. Centenas de milhares, milhões à procura de asilo fora, ano após ano.

A tradução disto são cadáveres de milhares de mulheres, de crianças e de adultos no fundo de Mediterrâneo, por terem tentado chegar à Europa, quando os governos capitalistas o prófbem, permitindo a passadores sem escrúpulos acumularem fortunas. A sorte destes milhões de refugiados e deslocados é, uma vez mais, a imagem da barbárie imperialista.

Estamos no século XXI, e não somos capazes de prevenir nem de combater eficazmente os gigantes incêndios do Noroeste do Canadá nem as dramáticas consequências da monção no Paquistão nem das inundações que devastam até o países capitalistas desenvolvidos. A razão é simples: depois

● DOCUMENTO

>>> de dar dinheiro para a guerra e aos capitalistas, quando se chega ao orçamento dos serviços de luta contra os incêndios e ao orçamento dos serviços de prevenção das inundações, já não sobra nada.

Rejeitamos participar em uniões sagradas, sejam de que género forem

Destes factos, que ninguém pode negar, tiramos nós a conclusão de que não é possível nenhuma espécie de ilusão de que possa estar na ordem do dia algum tipo de capitalismo mais humano, mais ambiental ou menos cruel. É o contrário. O capitalismo, dizia-o Marx, é uma relação social de exploração e nada mais do que isso. Para poder manter e desenvolver esta relação social de exploração, ele tem de procurar incrementar constantemente a exploração. E portanto, para repetir a fórmula de Marx, explorar ainda mais o homem e a natureza.

Ao contrário de todos os aparelhos, rejeitamos participar em uniões sagradas, sejam de que género forem: união sagrada a pretexto da paz, união sagrada a pretexto da luta contra o aquecimento do clima, união sagrada a pretexto de luta contra o terrorismo. Só a independência da classe operária e das suas organizações permitirá abrir uma perspectiva, desde que esta esteja virada para a luta pelo socialismo.

O que nos leva a encarar a questão que se põe aos trabalhadores: a questão das direcções das suas organizações. A situação actual por que o género humano passa é indissociável da situação que o movimento operário vive. E o movimento operário enfrenta uma crise de decomposição.

Em 1914, foi a traição da social-democracia; depois, o isolamento da revolução russa; a traição do estalinismo em 1933 e uma série de fenómenos que se lhe seguiram. Desde que a União Soviética se desfez, todos os dirigentes dos grandes partidos da classe operária,

os PCs, os PSs e outros, bem como os dirigentes sindicais, abandonaram toda e qualquer afirmação de que seja preciso pôr em questão o sistema da propriedade privada dos meios de produção. Antes, sempre eram capazes de dizer, pelo menos formalmente, que aquilo que andavam a fazer era em nome de uma perspectiva longínqua, a do socialismo, se bem que não a pudessem concretizar no imediato. Hoje até essa formalidade desapareceu. Todos eles se situam abertamente no quadro daquilo que eles designam de economia de mercado.

Como deixou de haver espaço para políticas reformistas, fazem uma política contra-revolucionária. Ou seja, quando se vêem no governo, aplicam os planos do imperialismo. Se o imperialismo diz que as pensões custam muito dinheiro, eles fazem reformas que atentam contra as pensões; que os sistemas de revalorização do salários saem muito caro, contra eles atentam; que os serviços públicos saem muito caro...

Neste ponto de vista, nos últimos vinte anos, debatemo-nos, em muitos países, com governos do tipo frente popular, de aliança, portanto, entre “partidos operários” e partidos burgueses, que têm em comum terem todos eles participado na destruição das conquistas operárias.

No último período, deu-se, ainda, um fenómeno novo: apareceram organizações que criticavam as velhas organizações, afirmando que “vamos abrir uma perspectiva nova”. Veja-se o *Podemos* em Espanha, *Syriza* na Grécia, o Bloco de Esquerda em Portugal. *La France insoumise* em França e outros noutros países. Estes movimentos propõem-se reinventar a política “popular”. Deixaram de se referir às classes sociais, referem-se ao “povo”; deixaram de se referir à organização em partido, referem-se a “movimentos gasosos”. E assim, houve a promessa de um novo tipo de funcionamento, a promessa de um novo tipo de organização. Substituiu-se a classe operária pelo povo. Em suma, iam-se ver coisas novas. E viram-se coisas novas.

Viu-se um movimento como *La*

France insoumise, cujos deputados ao Parlamento Europeu votaram por seis vezes o envio de dinheiro e armas para a Ucrânia. Viu-se a política do *Syriza*, a co-gestão governamental do *Podemos*, chegando à repressão de tipo franquista contra a República Catalã, etc. Na realidade, nada disto foi novo. Foram hábitos novos para políticas velhas e velhas práticas (abundam os exemplos de autoritarismo e arbitrariedade interna nestes movimentos).

No mesmo período, observou-se como as organizações tradicionais da classe operária, as organizações sindicais, se viram elas próprias a braços com operações que visam dissolvê-las enquanto organizações sindicais. Uma das manifestações desta ofensiva foi que “o sindicato não tem que tratar apenas dos aspectos sociais, mas também do societal”. Os dois termos não se afastam muito, na aparência. Só que, se é para, daí a pouco, as questões ditas sociais travarem o passo ao que é a função essencial de um sindicato: defender a classe operária como classe, defender as suas reivindicações, então os sindicatos perdem o seu terreno específico. Em França, temos um governo que é capaz, de uma assentada, de reprimir com extrema violência as manifestações operárias e de convidar os sindicatos para mesas redondas para discutir todo o género de temas (e eles participam) e de convocar todos os partidos políticos para jantar e trocar pontos de vista (os dirigentes do PCF, do PS e da LFI participaram nesse jantar durante doze horas, com os representantes de todos os partidos, incluindo a União Nacional de Martine Le Pen. Vemo-nos, portanto, frente a uma linguagem dúplice constante, que faz as organizações políticas ou sindicais historicamente construídas pelos trabalhadores aceitarem, umas, negociar coisas que não são negociáveis e, outras, entrarem num “diálogo” com o governo, a direita e até a extrema-direita fascizante. Isto pesa como factor de decomposição dentro do movimento operário. Em contraste, reforça a necessidade de reconstruir a representação política da classe operária com

um eixo de independência.

Não há fatalidade

Chegados a este ponto, gostaria de chamar a atenção dos camaradas para o que representa, a meu ver, uma compreensão mecanicista, não dialéctica, do marxismo. Explico-me. Marx e Engels, que lançaram as bases do materialismo dialéctico e do materialismo histórico, explicam que, quando um modo de produção deixa de ter condições para poder desenvolver as forças produtivas, e o desenvolvimento do modo de produção se vê entravado pelo modo de distribuição, passa à ordem do dia um novo modo de produção. Explicam, nesses termos, como, nos séculos XVII, XVIII e XIX, por exemplo na Europa, a burguesia nascente se constituiu economicamente no âmbito das velhas sociedades feudais e, pouco a pouco, se impôs no plano económico, até se apoderar do poder político. Foram as revoluções burguesas. Explicam, em substância, com uma analogia que é correcta, que, do mesmo modo, a classe operária, constituindo-se como classe, se vê numa situação em que o capitalismo que se desenvolveu já não é capaz de adequar modo de repartição e modo de produção, propondo, conseqüentemente, a necessidade do socialismo. Aconteceu haver, entre os marxistas mais eminentes, quem desse desta

análise uma interpretação falsamente tranquilizadora.

Numa obra conhecida pelo nome de *Anti-Dühring*, Engels explicou que a “indignação moral não chega para lutar contra o capitalismo”. A indignação moral, explica, permite destapar os males da sociedade e as suas consequências, mas depois ainda é preciso descobrir os elementos da futura nova organização da produção. Dessa observação tira Engels a conclusão de que “*pelo contrário, a produção capitalista moderna, com meros trezentos anos de idade e apenas dominante desde a instauração da grande indústria há cem anos, realizou, portanto, neste breve lapso de tempo, disparates de repartição – concentração de capitais num pequeno número de mãos, por um lado, concentração das massas sem propriedade nas grandes cidades, por outro lado – que causarão fatalmente a sua perda.*” Então, isto tudo vai “fatalmente” provocar a perda do capitalismo? Se eu tivesse tido a oportunidade de ser contemporâneo do camarada Engels, ter-lhe-ia sugerido riscar a palavra “fatalmente”. Pois não há fatalidade alguma. Não há fatalidade nem do fascismo nem da barbárie, mas infelizmente também não há fatalidade do socialismo. As leis da história, as leis do desenvolvimento do capitalismo mostram quão irremediavelmente condenado ele está e como é incapaz de oferecer um futuro à

humanidade. Só pode sobreviver na putrefacção, na guerra e na destruição em massa, ameaçando a existência da humanidade. Só que daí não decorre que o socialismo haja “fatalmente” de triunfar. Se o socialismo “triumfasse fatalmente”, seria afinal indispensável organizarmo-nos, construir sindicatos, construir um partido, dedicar tanto tempo e energia ao advento de um futuro que se imporá assim como assim?

Contraditoriamente, o mesmo Engels escreve, no mesmo texto: “*A grande indústria moderna criou, por um lado, o proletariado, uma classe que, pela primeira vez na história, pode reivindicar a abolição não desta ou daquela organização específica de classe, deste ou daquele privilégio específico de classe, mas das classes em geral, e se vê colocada numa situação tal, que tem de realizar essa reivindicação sob pena de cair na escravatura dos coolies chineses.*”

Naquela época, os “coolies chineses” simbolizavam os trabalhadores mais sobre-explorados, reduzidos a uma situação de quase escravatura. O que Engels nos diz, em substância, é que “os trabalhadores, se não forem capazes de tomar o poder, podem-se ver numa situação em que a roda da história ande em sentido contrário”. Ir-se-ia, nesse caso, a caminho de uma situação de barbárie absoluta.

O mesmo Engels escreve noutro documento que “*a sociedade burguesa vê-se num dilema. Ou passagem para o socialismo ou recaída na barbárie.*” Foi Rosa Luxemburgo a primeira a formular mais incisivamente a alternativa “*socialismo ou barbárie*”. Quando deduziu esta fórmula, Rosa Luxemburgo baseou-se em Engels. Não no Engels do “fatalmente”, mas no Engels do “*ou o socialismo ou a recaída na barbárie*”. Não há fatalidade na vitória dos oprimidos e dos explorados: só os explorados e oprimidos a poderão eles próprios obter. O que convoca a questão da organização.

A luta de classes é uma realidade

>>>



Quase dois anos de guerra na Ucrânia

● DOCUMENTO

>>> quotidiana: greve dos operários do sector automóvel nos Estados Unidos, com a UAW, greves na China, na Foxconn, e mesmo na Rússia, em plena guerra, onde os estafetas entraram em greve e se organizaram. Em toda a parte há, pelo mundo fora, não só greves económicas, mas também mobilizações de massas. Evoquei as mobilizações contra o neocolonialismo francês em África, deuse também o levantamento no Sri Lanka. Há mobilizações de massas no Egipto, e também se impõe falar do que se tem passado ultimamente em Itália, na Alemanha, na África do Sul. Uma coisa é indiscutível: é a realidade da luta de classes. Assim como é indiscutível a repetida tendência dos povos oprimidos, das nações oprimidas para se levantarem contra a opressão.

A contradição entre o poderio dos movimentos da classe operária e a vil política das direcções oficiais do movimento operário

A questão à vista é esta: em que dão estes movimentos? Em França, houve seis meses de genes e manifestações contra a reforma das pensões. Milhões e milhões de trabalhadores na rua com os seus sindicatos. A dada altura, a questão era saber se as confederações sindicais iam ou não dar voz de greve geral. Os trabalhadores, nos sindicatos e nas fábricas, diziam: nós estamos em greve (ou fizemos cinco ou seis jornadas de greve), andem, ponham cá fora o apelo à greve geral. Elas recusaram-se. Não interessam os argumentos, recusaram-se. Nas últimas manifestações de Maio e de Junho, os trabalhadores gritavam cada vez mais “*Macron para a rua!*” Não foi só que as direcções sindicais não pusessem em causa Macron; no mês de Setembro, os dirigentes dos “partidos de esquerda” foram jantar com Macron. Outro exemplo: deu-se na Argélia o extra-

ordinário levantamento (o chamado HIRAK) que se insurgiu durante meses contra o regime militar-policia. Chegou ao ponto de o presidente da altura ter sido convidado a abandonar o poder. Puseram no lugar dele outros dirigentes, digamos, da hierarquia militar próxima dele. Como é evidente, a massa dos manifestantes do HIRAK rejeitou isso tudo, considerando que o “novo presidente” Tebboune não era mais legítimo que o anterior. Antes de ontem circulou a fotografia de um simpático aperto de mão entre Louisa Hanoune, presidente do Partido dos Trabalhadores, e o pretense presidente Tebboune. É o mesmo problema. Milhões são a favor de acabar com o regime ilegítimo, milhões gritam “queremos democracia, queremos liberdade”, alguns articulam conscientemente “queremos a Assembleia Constituinte”. E aqueles em quem eles depositaram a sua confiança dizem que não, que é preciso manter o regime. Este é um obstáculo político que se nos depara em todos os países. Depara-se-nos no Brasil, com a política do Partido dos Trabalhadores. Depara-se-nos nos Estados Unidos, onde os pretensos “socialistas”, na prática, apoiam Biden. Depara-se-nos no Parlamento Europeu, onde todos os “partidos de esquerda” votam os créditos da guerra. Tudo, coisas que nos trazem outra vez à questão que está no centro do nosso programa: a necessidade de superar a contradição entre o poderio dos movimentos da classe operária e a política vil das direcções oficiais do movimento operário.

Enfrentamos problemas substanciais que interessam milhões e milhões de trabalhadores

Como militantes da IVª Internacional, não temos a pretensão de sermos capazes de resolver sozinho a crise de direcção da classe operária. Enfrentamos problemas substanciais que interessam mil-

hões e milhões de trabalhadores de todas as tendências e as organizações operárias do mundo inteiro. Temos, em contrapartida, toda a legitimidade para dizer que é indispensável que o movimento operário se possa reconstruir com um novo eixo. É precisamente porque o capital é sempre o capital e a sobrevivência do capital ameaça mais do que nunca o próprio género humano, que não há nada de mais indispensável do que ajudar os trabalhadores a organizarem-se no seu terreno de classe, ajudar, mais largamente, os oprimidos a agruparem-se de maneira independente.

É para resolver essa contradição entre o poderio e o conteúdo da mobilização das massas e a política das direcções que nós queremos contribuir. Há uma amplíssima camada de quadros e de militantes que se interrogam, que discutem muitas vezes com militantes da IVª Internacional e partilham, pelo menos, uma parte do que nós dizemos. Há também camaradas e militantes noutras correntes do movimento operário, saídos de outros sectores. Sabeis que convém desconfiar das etiquetas. As referências são importantes, mas têm limites. Interrogado, nos anos trinta, a respeito da política dos dirigentes estalinistas que apoiavam o imperialismo na América Latina e de os dirigentes, digamos, nacionalistas pequeno-burgueses terem quiçá uma política mais consequente, Trotsky recorreu à fórmula de que “*mais vale um bom democrata do que um mau socialista*”. Estava a pensar em Cárdenas, dirigente burguês, que empreendera a nacionalização do petróleo. Pois, disse Trotsky, prefiro um Cárdenas que se prepara para nacionalizar o petróleo a um estalinista que vai achar que mais urgente é fazer o que Stalin pede, portanto alinhar pelo diapasão do imperialismo americano na guerra. Na mesma linha, eu prefiro um bom militante operário honesto, mais ou menos em ruptura com o Partido Comunista ou com o Partido Socialista a um falso trotskista. É que o falso trotskista fará



O povo do Níger levanta-se (Agosto de 2023)

mais mal, porque irá fazer a poltíca dos aparelhos, mas travestindo-a da sigla da IVª Internacional. Por isso é que, ao constituirmos o Comité Operário Internacional contra a guerra e a exploração, pela Internacional Operária, não pusemos condições de etiqueta. Aos que são a favor de ajudar a reconstituir o movimento operário com um novo eixo, aos que são a favor de lutar intransigentemente contra o imperialismo, pela anulação da dívida, contra a participação em governos de união sagrada, a favor de avançar a satisfação das necessidades dos trabalhadores e dos povos e não exigências capitalistas, dissemos que queríamos trabalhar juntos, sem pedir a ninguém que abandonasse as suas referências. A todos os camaradas que estão aqui, dizemos, para pô-los à vontade: nós, como é evidente, temos apego ao nosso programa, porque ele, em nosso entender, permite intervir a avançar. Mas não fazemos disso condição prévia. Prévio, como dizia Trotsky, é o teste da prática: o que fazemos juntos e o que construímos.

Nesse sentido, é nosso dever prestarmos contas da crise da IVª Internacional. A IVª Internacional, como organização viva do movimento operário, não goza de imunidade contra crises. Passámos pela crise de 1950-53, cuja substância consistia em que havia dirigentes a dizer-nos que o estalinismo ia acabar por realizar o

socialismo, já não havendo necessidade de construir um partido revolucionário. Passámos por outras crises. O Sri Lanka é um país onde a secção da IVª Internacional desempenhou papel de maior na estruturação do movimento operário nos anos quarenta e cinquenta e até aos anos sessenta do século XX. A dada altura, capitulou à frente popular, participando no governo com a burguesia, o governo da srª Bandaranaike. Conhecemos ainda outras. O Socialist Workers Party dos Estados Unidos desenvolveu a dada altura uma posição correcta sobre a questão do partido negro independente. Depois, noutra altura, ao estar a renunciar à construção de um Labor Party apoiado nos sindicatos, torpedeou o esforço feito na construção de um partido negro independente. Passámos por estas crises, nada temos a esconder. Em 2015, passámos, ainda, por uma crise que rachou a organização em dois. Cumpre-nos responder à seguinte pergunta: nesta última crise, teremos feito as escolhas certas? O nó da crise era simples, não estava em saber se estávamos de acordo ou não. Estava em saber se podíamos discutir os nossos desacordos. Fomos expulsos da nossa organização, porque reclamávamos poder discutir uma série de discordâncias. Claro que tínhamos compreendido que o desacordo quanto à forma tinha correspondência num desacordo de substância. E que esses que se re-

cusavam a discutir connosco não queriam, por conseguinte, discutir os problemas em questão. Que têm eles feito nestes oito anos? Falei da Argélia, porque, antes do episódio do encontro com Tebboune, se dera o episódio do encontro com responsáveis dos serviços secretos do antigo presidente, muito simplesmente para tentar salvá-lo. Que têm eles feito no Brasil face ao governo Lula, além de se integrarem no apoio ao seu governo, aceitando, para todos os efeitos, todas as alianças com a burguesia? Que têm eles feito nos Estados Unidos, quando as *Informations ouvrières* cantam loas à “esquerda” do Partido Democrático, desistindo da perspectiva de luta pelo Partido Operário, pela ruptura do movimento operário com os democratas? Que têm eles feito, quando os seus representantes *La France insoumise* no Parlamento Europeu votam por todas as moções pró-guerra? Que fazem eles hoje na mobilização pela Palestina, ao meterem como condição prévia, por toda a parte, a frase “no respeito de todas as resoluções da ONU”? São coisas muito concretas. Entre esses camaradas que romperam connosco há bons camaradas, como acontece sempre numa cisão. Que dizem a esses camaradas? A alguns deles, com quem temos uma discussão, dissemos que estamos dispostos a reatar a discussão no ponto em que vocês a interromperam em 2015. Não estamos dispostos a pôr uns remendos sem princípios, mas estamos dispostos a abrir a discussão, a fazer o balanço. Estamos prontos para essa discussão. Vocês estão? De momento, tudo indica que não, não estão, mas continua a ser essa a nossa orientação.

Eles têm dito, desde o princípio, que a TCI vai desaparecer, que o CORQI vai desaparecer, que o POID vai desaparecer. Que querem que se responda a isto? A única resposta que se pode dar é a de construir uma organização. Eles tinham um jornal, nós não. Sabemos que o jornal deles é distribuído gratuitamente a assinantes que não pagam. Os camaradas que nos conhecem sabem que, para receber *La Tribune*

● DOCUMENTO

>>> *des travailleurs*, é preciso pagar, como é natural, não temos outros meios. Eles tinham jornal, nós não. O jornal deles anuncia penosamente 4.800 assinantes. Sabemos que, em parte, é *bluff*. Nós, na semana passada, tínhamos 6.921 assinantes. É assim porque, com as nossas posições, construímos uma organização. Isso não resolve as divergências, não resolve a fragmentação, mas uma coisa elucidada: apesar do apoio de Mélenchon, apesar dos deputados, apesar de todos os meios que os meios de comunicação lhes dão, não se constrói uma organização simplesmente porque se tem o apoio de um sector do aparelho de Estado ou o apoio dos aparelhos.

Como dar um passo em frente para a reconstituição da IVª Internacional?

Para concluir, eu diria que, partindo destes considerandos, nós consideramos que é mais indispensável do que nunca construir um partido revolucionário. O título desta conferência, “*pela reconstituição da IVª Internacional, pelo partido mundial da revolução socialista*” justapõe duas noções que não se equivalem. Nós, que somos militantes da IVª Internacional, partidários da sua reconstituição, não poupamos esforços para isso, para convencer camaradas da bondade do nosso programa, para que se nos juntem, para que se organizem connosco. Contudo, também estamos convencidos de que a perspectiva de um partido mundial da revolução socialista fala a camaradas e correntes que não estão no CORQI e vai ao encontro de uma busca. Nesta conferência, será preciso, portanto, encontrar resposta a esta dupla pergunta: como dar um passo em frente para a reconstituição da IVª Internacional? Como associar a essa discussão camaradas que não são membros do CORQI? É essa a razão do convite feito aos camaradas que estão entre nós.

À orientação por que a reconstituição da IVª Internacional se

pode e deve, em nosso entender, pautar subjaz a ideia-base da independência da classe operária, sempre. Defendemos os sindicatos contra os aparelhos burocráticos que tendem a enfraquecê-los ou mesmo a dissolvê-los. Defendemos o que resta da propriedade estatal na China contra o imperialismo que a quer dismantelar, como sempre defendemos o que restava da propriedade estatal na União Soviética, até a burocracia ter conseguido liquidá-la completamente. Recusamo-nos a entrar em governos de frente popular de aliança com a burguesia. Somos defensores dos sindicatos, mas não nos deixamos disciplinar pelas direcções sindicais. De cada vez que as circunstâncias o permitem, somos partidários da constituição de comités de greve com delegados dos trabalhadores, sindicalizados e não sindicalizados, da constituição de comités de preparação da greve, da constituição de comités operários. Somos partidários do derrotismo revolucionário nas potências imperialistas. Quando deflagrou a guerra ente a Ucrânia e a Rússia, em França saímos com um cartaz a dizer: “*Nem Biden, nem Putin!*” e acrescentámos-lhe “*nem Macron!*”... Temos o direito de dizer que, para nós, a luta contra o imperialismo exige lutar contra o nosso próprio governo. Por isso dissemos: “*Tropas russas fora da Ucrânia, tropas da NATO fora*

da Europa!”, acrescentando “*Tropas francesas, fora de África!*”. Isto foi antes do Níger. Tínhamos um ponto de vista, que era que não podíamos poupar o nosso próprio imperialismo. Por fim, claro, recusamos a dissolução do movimento operário.

A luta revolucionária não se reduz às questões que têm que ver com a classe operária. Há também aquilo a que se chama questões democráticas. Não vou voltar a falar do que disse sobre a questão da Palestina. Vamos ter uma discussão específica sobre a questão dos Estados Unidos amanhã, no centro da qual estará outra pergunta: a luta pelo Labor Party é contraditória com a luta por um partido operário negro? E: que relação há entre ambas?

Na questão da dívida, temos que ter uma posição clara: a anulação total da dívida é uma luta a travar não só nos países dominados, mas também nos países imperialistas, que são quase sempre os detentores dessa dívida. Nesta questão, temos a posição clássica que era a de Trotsky sobre a revolução permanente: as tarefas nacionais e democráticas que não foram cumpridas – e são muitas – têm de o ser na era do imperialismo decomposto, competindo à classe operária e, em primeiro lugar, à sua vanguarda, dirigir esse combate. Isso confere toda a importância a todas as questões democráticas. É o caso, por exemplo, da luta pelas liberdades, contra as medidas que contra elas atentam. Questão que se nos depara praticamente por toda a parte. E caso, também, da questão da Assembleia Constituinte soberana e da soberania das nações, que se põe em muitos países.

Há outra questão específica a que atribuímos muitíssima importância: a luta pela igualdade efectiva de mulheres e homens na sociedade, pela emancipação das mulheres. Dedicamos um ponto específico à dupla opressão e à dupla exploração das mulheres. Não é por acaso que, na actual situação mundial, a mobilização das mulheres pelos seus direitos no Irão e no Afeganistão esbarra directa e frontal-



O Programa da IVª Internacional acaba de ser reeditado pelos simpatizantes do CORQI na Rússia

mente nos regimes mais repressivos, apoiados pelo imperialismo, confessem-no eles ou não. Tudo isso nos traz outra vez à luta, que é a nossa, pela frente única operária, por um governo da classe operária que encarne a ruptura até ao fim. Todas as reivindicações sociais, económicas, políticas, democráticas enquadram-se, para nós, num sistema de reivindicações transitórias que têm inscrito no seu centro a luta pelo governo da classe operária.

Para nós, a luta por reivindicações económicas ou democráticas, por muito justas que elas sejam, prende-se com um sistema integrado de reivindicações transitórias em cujo centro fica a questão do governo da classe trabalhadora. Para nós, esta luta supõe organizar-se na IVª Internacional – numa organização, pois, que permite a militantes, homogeneizados por um programa, ajudarem a classe trabalhadora a avançar, ajudarem a recompor o movimento operário, a ser parte integrante da luta de classes. Nunca esquecendo agrupar à volta da política do partido.

A antiga organização de onde nós vimos, que se reclamava da IVª Internacional, mas mostrava numerosos traços de deformação burocrática e de adaptação aos aparelhos, abandonou, de facto, muito cedo um princípio afinal fundamental para todo o militante revolucionário: a centralização da política do partido em um jornal. Nós restabelecemos essa tradição, reconstituímos-la. Não há manifestação operária ou de apoio à Palestina ou por seja que questão democrática for neste país onde os militantes e, mormente, os militantes trotskistas não difundam *La Tribune des travailleurs*, não opondo-se à manifestação, mas introduzindo *La Tribune des travailleurs* na luta comum como expressão política independente da IVª Internacional. Os militantes aprenderam muito bem a dominar esta maneira de levar avante a política que Lenin preconizava: a de “*fundir-se e distinguir-se*”. No movimento das pensões, estivemos lá e nos casos em

que detínhamos responsabilidades que nos fossem confiadas pelos trabalhadores, organizávamo-lo, do mesmo passo que nos conseguíamos distinguir, vendendo o jornal, propondo a eleição do comité de greve, constituindo órgãos independentes dos trabalhadores. No movimento geral das manifestações pela Palestina, estamos presentes com as nossas próprias palavras de ordem, com os nossos próprios cortejos, distribuindo os nossos panfletos e vendendo o nosso jornal. Este método é aplicável em toda a parte, nas condições específicas de cada país, especialmente conforme subsistam ou não as liberdades democráticas. A necessidade de expressão política independente e regular da IVª Internacional, em particular de ter jornais que a veiculem, é uma questão central.

Lugar às mulheres trabalhadoras, lugar à juventude

Convém repetir que o programa da IVª Internacional não é uma bíblia, é um guia para a acção. Qualquer guia para a acção contém questões que revestem maior ou menor actualidade segundo o período. No ponto a que chegámos da história da IVª Internacional, das suas crises e, do mesmo passo, da sua resistência a essas crises, vamos ter de reflectir sobre onde estão os pontos de apoio decisivos para a nossa construção. Sabeis que o programa fundador da IVª Internacional, o *Programa de Transição*, acaba com dois parágrafos curtos, que se intitulam “*Lugar às mulheres trabalhadoras, lugar à juventude*”. Fórmula correcta, de modo geral. Contudo, nesta fase de decomposição do movimento operário, com acuidade particular. Na secção francesa, temo-la posto em prática. “*Lugar às mulheres trabalhadoras*” significa que o partido pode e deve desenvolver uma actividade particular em direcção das mulheres trabalhadoras, não para separá-las da classe operária,

mas porque a situação de dupla opressão e dupla exploração a que elas estão sujeitas as faz, até certo ponto, romper os laços de subordinação aos aparelhos mais directamente, talvez mais simplesmente, do que a parte masculina da classe operária, que constitui muito frequentemente parte importante dos sectores do aparelho. Temos observado que uma fonte importante do reforço tanto do POID como da secção francesa é a nossa capacidade de nos dirigirmos não às mulheres em geral, mas às mulheres trabalhadoras. A questão é que, quando nos dirigimos às mulheres trabalhadoras, nos estamos obrigatoriamente a dirigir aos sectores mais explorados da classe trabalhadora.

Mas também “*lugar à juventude*”. Em vésperas da Segunda Guerra Mundial, Trotsky escreveu – num texto que versava sobre as consequências dramáticas do estalinismo – que “*a regeneração do movimento virá da juventude*”. Referia-se à regeneração depois da degenerescência estalinista. A situação de hoje é diferente. Estamos a braços com uma situação em que, depois do desmoronamento da União Soviética, houve militantes, grupos e organizações duma certa geração que baixaram os braços... Outros militantes dessa geração, alguns dos quais estão aqui, não cederam a essa pressão. Compreendamos, porém, que a jovem geração não carrega o fardo da decomposição nem é por ela directamente afectada. O programa da IVª Internacional fala à nova geração. É necessário encontrar a linguagem, ser capaz de traduzi-lo nas palavras de hoje, com os meios técnicos de hoje. É fácil, se se decidir fazê-lo, se considerarmos que as condições da exploração alimentam a resistência à exploração, que a opressão da juventude é maior hoje do que nunca foi. Todas as gerações se debatem com o problema do seu futuro. Temos de ser capazes de dizer a esta geração que o futuro é o socialismo. Sim, pois, lugar às mulheres trabalhadoras, lugar à juventude! Lugar à IVª Internacional!” ●

● DOCUMENTO

Constituinte palestina, já!

Teses apresentadas conjuntamente por um militante palestino e por um militante da secção francesa

CONSIDERANDO que há mais de setenta e cinco anos que o povo palestino está privado do seu legítimo direito à terra, à cidadania, à soberania, ao retorno dos refugiados e à autodeterminação – direitos reconhecidos à maior parte dos povos do mundo; e considerando que ele jamais renunciou à reivindicação desses direitos, por eles fazendo os maiores sacrifícios;

CONSIDERANDO que nunca, há mais de setenta e cinco anos, as populações habitantes da Palestina histórica tiveram possibilidade de exercer o seu direito democrático de determinar o seu próprio destino; e considerando que o seu destino lhes foi sempre imposto do exterior pela vontade das grandes potências, da resolução nº 181 da ONU, que organizou a partição da Palestina, fruto do acordo entre o imperialismo e Stalin de 29 de Novembro de 1947, aos acordos de Oslo que estabeleceram a “Autoridade Palestiniana”, assinados em 13 de Setembro de 1993 sob a égide do presidente dos Estados Unidos;

CONSIDERANDO que hoje até os defensores sinceros de uma “solução de dois Estados” reconhecem que nunca um “Estado palestino” pôde ver a luz do dia “ao lado do Estado de Israel”; e considerando que muitas organizações democráticas observaram, nos últimos anos, que, na prática, há um só Estado entre o Mediterrâneo e o Jordão, Estado qualificado de “regime de supremacia judaica do rio Jordão até ao mar Mediterrâneo: um regime de apartheid” (relatório de Janeiro de 2021 da organização israelita de defesa dos direitos humanos *B’Tselem*); e considerando que esta situação tem hoje a sua manifes-

tação na ameaça de uma nova *Nakba*;

CONSIDERANDO que o grau de crise do Estado sionista a que se chegou, em que se assiste ao dilaceramento e enfrentamento cada vez mais brutal de todos os segmentos da sociedade e das instituições; e considerando que as raízes da crise residem na incapacidade de esmagar a resistência do povo palestino: incapacidade que hoje exacerba as contradições entre o governo Netanyahu–Ben Gvir–Smotrich, que estica ao limite a lógica do sionismo, uma lógica de expulsão e erradicação do povo palestino, por um lado, e as necessidades específicas do imperialismo americano, por outro lado, articuladas por sectores dirigentes do exército, do Shin Bet e do Supremo Tribunal;

Disto resultando que, hoje, mais do que alguma vez desde 1947, a única solução democrática para todos os habitantes da Palestina (incluindo os que foram expulsos em 1948 e seus descendentes), seja qual for a sua origem ou religião, é a instauração imediata de um Estado palestino uno, laico e democrático em todo o território da Palestina histórica, Estado que garanta direitos iguais a todos os seus cidadãos.

Porque há-de esse Estado ser palestino?

Porque Palestina se refere não a uma identidade “étnica” ou religiosa, mas à zona geográfica em cuja superfície um Estado democrático uno poderá garantir a igualdade de direitos de todos os seus cidadãos, incluindo os refugiados expulsos dos seus lares em



1948 e os respectivos descendentes, dispondo estes do direito ao retorno.

Porque há-de esse Estado ser uno?

Porque, ao garantir a igualdade de direitos de todas aquelas e todos aqueles que nele aceitem viver, ele constituirá o quadro de uma sociedade inclusiva, dissociando a cidadania da nacionalidade, da religião e de qualquer outra forma de filiação sectária. Por isso deve qualquer defensor de uma solução democrática rejeitar a posição sionista disfarçada que consiste em pretender que um Estado democrático possa ser um “Estado binacional” ou uma federação de “comunidades”. Pretender – como o faz um apelo recente em nome da *One Democratic State Campaign* (ODSC) – que há uma “nação israelita” ou um “nacionalismo israelita” (seja para condená-lo) é justificar a possibilidade de que tal “nação” possa reivindicar o seu direito à autodeterminação e, portanto, em última análise, justificar a

pretensa “solução de dois Estados”. Os partidários de uma solução democrática dirigir-se-ão sempre, em contrapartida, às massas judaicas, apelando a que elas rompam com o sionismo, condição para poderem ocupar o seu lugar de cidadãos palestinianos em igualdade de direitos, num Estado uno. Dirigir-se-ão, particularmente, aos sectores mais explorados e oprimidos dos trabalhadores judeus israelitas, aqueles para quem o “sonho sionista” já há muito é um pesadelo.

Porque há-de esse Estado ser laico?

Porque afirmar – como o fez o movimento nacional palestiniano na origem, antes de a sua direcção renunciar – que, no futuro Estado palestiniano, a religião será assunto privado é garantir que cada habitante da Palestina, seja qual for a sua religião (ou não religião), cultura, língua, etc., será reconhecido como cidadão palestiniano em plena igualdade de direitos. Ao contrário do Estado sionista, Estado teocrático definido, desde a lei racista de 2018, como pretenso “Estado-nação do povo judeu”, a República Palestiniense laica e democrática reconhecerá como seu cidadão quem quer que aceite viver em igualdade de direitos no seu território, seja qual for a sua religião, língua e cultura. Ao inscrever esta perspectiva na sua bandeira, a revolução palestiniana agregará sectores da população judaica em ruptura com o sionismo, como sempre fez.

Porque há-de esse Estado ser democrático?

Porque emanará não de acordos de cúpula entre grandes potências, como tem sido o caso desde 1947, mas da vontade democrática dos habitantes da Palestina (e dos refugiados e descendentes) de constituírem um Estado-país palestiniano uno. Como se há-de impor a

vontade democrática dos habitantes da Palestina? Quando um povo rejeita as velhas instituições que o oprimem, um dos meios democráticos de que dispõe para romper com o antigo regime, para varrer as instituições da opressão e determinar novas é a reunião de uma Assembleia Constituinte soberana, por via da qual os delegados eleitos pelo povo e responsáveis perante o povo definem a forma e o conteúdo do novo regime democrático. Esta questão está posta na Palestina agora, já. À pergunta “quem há-de participar nas eleições para a Constituinte palestiniana?”, os defensores de uma solução democrática respondem: “Todos os habitantes da Palestina, assim como todos os que foram expulsos em 1948 e respectivos descendentes. Todos inclui, por conseguinte, os judeus israelitas que, rompendo com o sionismo e considerando-se cidadãos palestinianos, estejam dispostos a ocupar o seu lugar no processo democrático.

O que é uma Assembleia Constituinte?

Uma Assembleia Constituinte digna desse nome não é outorgada de cima para baixo pelos representantes da ordem estabelecida, sejam eles representantes da ordem colonial ou nacionalistas exclusivos. Procede, sim, da ruptura com o recorte colonial imposto há mais de um século, decorre “de baixo”, da mobilização revolucionária das massas populares. As massas palestinianas estribar-se-ão, para isso, na sua experiência de auto-organização, que ainda está viva na sua consciência. Sem ir mais longe na história, lembre-se que, durante a primeira Intifada (1987), se constituíram, em cada campo de refugiados, em cada aldeia e em cada bairro, comités populares que integravam todas as organizações, coordenando-se elas entre si e tomando em mãos a direcção e organização da mobiliza-

ção revolucionária. Foi precisamente para pôr brutalmente termo a este movimento que a direcção palestiniana, de Tunes, decretou “caduca” a Carta da OLP de 1988 (carta que abria a perspectiva de uma Palestina una, laica e democrática, mas que, para todos os efeitos, a direcção palestiniana já abandonara em 1974 em nome da pretensa “libertação por etapas”).

Sejamos claros: na era imperialista, a burguesia dos países oprimidos é incapaz de assegurar a direcção da luta pela libertação nacional e pela democracia. A revolução palestiniana é uma ilustração trágica disso mesmo, sofrendo uma ininterrupta sequência de traições das suas direcções burguesas (“laicas” ou “religiosas”) e pequeno-burguesas (incluindo todas as variedades da “esquerda”, todas elas tributárias dos acordos de Oslo de 1993). As tarefas democráticas e de libertação nacional da Palestina assentam, assim, exclusivamente, nos ombros da classe operária, aliada aos *fellahs* e às massas pobres das cidades, dos campos e dos campos de refugiados. A experiência da revolução tunisina (2011) veio recordar que, sem intervenção independente e organizada da classe operária e, em última análise, sem partido operário revolucionário, a Constituinte será de imediato desviada pela pressão do imperialismo e seus agentes. Por isso é o combate pela Constituinte palestiniana indissociável da luta pela independência da classe trabalhadora, pela sua organização independente no plano sindical como no plano político – e, portanto, quanto a nós, pelo partido operário revolucionário no contexto da luta pela reconstituição da IV^a Internacional.

**Adoptadas por unanimidade
menos uma abstenção ●**

● DOCUMENTO

Declaração do Comité de Organização pela Reconstituição da IV^a Internacional

É EMOCIONADAMENTE que os trabalhadores, os jovens e os povos do mundo choram os milhares de vítimas civis, em particular os jovens e crianças brutalmente arrancados à vida, em Israel e em Gaza.

“*É a guerra!*”, proclamou o primeiro-ministro israelita Netanyahu. Na realidade, há setenta e cinco anos que a guerra devasta a região, não começou a 7 de Outubro de 2023. Há setenta e cinco anos que o povo palestino é expulso da sua terra, escorraçado das suas aldeias, tem as suas casas destruídas. Há setenta e cinco anos que lhe é negado o direito de retorno e se confronta com uma colonização que devora cada vez mais terra palestina. Porém, apesar de submetido a um verdadeiro regime de apartheid, feito de discriminação, opressão e humilhação, ele nunca deixou de resistir e de lutar.

Hoje, responsáveis políticos de todo o lado, especialmente das organizações e partidos de “esquerda” que falam em nome dos trabalhadores, apelam para a ONU: que abra o caminho, dizem, para uma “paz justa e duradoura”.

A realidade é que a actual tragédia mergulha as suas raízes na Resolução 181 da ONU, adoptada em 29 de Novembro de 1947. Foi este acordo, selado na ONU entre o imperialismo americano – que arrastou com ele os imperialismos britânico e francês – e a burocracia da URSS, dirigida por Stalin, que impôs a partição da Palestina, dividindo artificialmente o seu território entre um “Estado judeu” e um “Estado árabe”. Este último nunca viu a luz do dia.

Facto é, também, que, nas sub-



Cortejo do Partido Operário Independente Democrático na manifestação de 11 de Novembro em Paris (França)

sequentes 83 resoluções da ONU dedicadas à Palestina, nunca uma só das modestas exigências apresentadas ao Estado de Israel foi cumprida: fosse em matéria de direito de retorno dos refugiados palestinos (resolução 194) ou de retirada do exército israelita dos territórios ocupados em 1967 (resolução 242).

A única resolução que houve força de lei foi aquela pela qual as grandes potências impuseram a partição a todos os habitantes da Palestina, árabes e judeus. Fruto imediato dessa partição foram a Nakba de 1948 e todos os massacres cometidos desde então (independentemente da religião ou nacionalidade das vítimas).

Recorde-se o que escreveram os militantes da secção palestina da IV^a Internacional em Setembro de 1947, no seu jornal *La Voix de la classe*: “A proposta da Comissão das Nações Unidas não constitui solução nem para os judeus nem para os árabes, é uma solução pura e simplesmente no interesse dos países imperialistas. Os dirigentes políticos sionistas precipitaram-se para o osso que o imperialismo lhes atirou. (...) E o Par-

tido Comunista da Palestina? Está à espera, ao que parece, de uma solução “justa” vinda das Nações Unidas. De qualquer maneira, continua a ter ilusões sobre as Nações Unidas e, nesse sentido, está a ajudar a camuflar e a levar à prática os planos do imperialismo”.

Para Netanyahu e o seu governo, os massacres e a guerra que estão hoje a deflagrar calham bem. Há vários meses a debater-se com a maior crise que o Estado sionista conheceu desde a sua criação, esta é, para Netanyahu – pessoalmente, em risco de ser preso por corrupção –, a oportunidade perfeita para chefiar um governo de “união nacional” com aqueles mesmos que ainda ontem o vaiavam nas ruas. Não obstante isso, os acontecimentos recentes – e são muitos os judeus israelitas que estão a tomar consciência disso – confirmam tragicamente o aviso feito em 2008 pelo antigo presidente da Organização Sionista Mundial, Avraham Burg: “Israel era para ser um refúgio para os judeus, mas tornou-se o sítio mais perigoso que há para eles”.

Para o imperialismo norte-americano, o apoio que de imediato deu a

Netanyahu – atrás dele se perfilando, como soldadinhos de chumbo, os Macrons, Sunaks, Scholz, Melonis, Trudeaus e Kishidas – insere-se num contexto em que o militarismo e a guerra contra os povos se estão a tornar, para o imperialismo, numa das principais maneiras de superar a crise do regime capitalista assente na propriedade privada dos meios de produção. Após a devastação de regiões inteiras de África e do Médio Oriente e a guerra na Ucrânia, e quando o imperialismo norte-americano já nem se dá ao trabalho de encobrir os seus preparativos para a guerra contra a China, o que agora se inicia é uma guerra de longa duração na Palestina, com ameaças de extensão, desde já, a toda a região, ao próprio Irão. É isto que os trabalhadores e os povos vêem quando Washington manda para a região o porta-aviões *USS Gerald Ford*, um dos maiores navios militares do mundo, ou quando o Secretário-Geral da NATO, Stoltenberg, declara, a 12 de Outubro, que “Israel não está sozinho”.

Para todos os governos imperialistas, os trágicos acontecimentos actuais são mais um ensejo para tentarem dar corpo à união sagrada alinhada atrás deles e para impugnam liberdades democráticas como a liberdade de expressão, de manifestação, etc., tentando, ainda, usar os acontecimentos actuais como instrumento de divisão artificial entre trabalhadores e jovens por motivos religiosos.

A espiral infernal da guerra que alastra e se generaliza sem parar tem de ser quebrada. E a única força social capaz de a quebrar são os trabalhadores do mundo. Os partidários da reconstituição da IVª Internacional, tal como muitos activistas, grupos e organizações do movimento operário internacional, consideram que não há exigência mais urgente do que

– a cessação imediata dos bombardeamentos e
– o levantamento do bloqueio a Gaza.

Para além destas exigências

imediatas, os defensores da reconstituição da IVª Internacional reafirmam que vai ser sempre preciso encontrar uma solução democrática para a Palestina. É evidentemente ao povo palestino que cabe decidir das suas modalidades.

Pela parte que nos toca, como defensores da reconstituição da IVª Internacional, reafirmamos a posição que a nossa corrente nunca abandonou. A posição que a IVª Internacional afirmou quando se deu a votação na ONU, em 1947: a IVª Internacional “*estará na vanguarda da luta contra a partição e por uma Palestina unida e independente, em que as massas determinem soberanamente o seu destino, elegendo uma Assembleia Constituinte. Contra os efêndis e os agentes imperialistas, contra as manobras das burguesias egípcia e síria que tentam transviar a luta pela emancipação das massas em luta contra os judeus, a IVª Internacional apelará à revolução rural, à luta anticapitalista e anti-imperialista, forças motrizes essenciais da revolução árabe. Mas ela só poderá travar esta luta com alguma possibilidade de êxito se tomar uma posição inequívoca contra a divisão do país e a criação de um Estado judeu*”. (Editorial da revista *IVª Internacional*, Novembro-Dezembro de 1947).

Esta posição, afirmou-a a IVª Internacional logo que se assinaram os Acordos de Oslo (em Setembro de 1993): “*A constituição deste ‘autogoverno’ (a Autoridade Palestiniana criada por Oslo – NdR), negando o direito do povo palestino à autodeterminação, fez com que Arafat tivesse que declarar, em carta ao Primeiro-Ministro de Israel, e referindo-se à Carta Palestiniana em que assentou a fundação da OLP, que ‘os considerandos da Carta que sejam contraditórios com estes acordos ficam sem efeito’*. Repitamo-lo: para as grandes potências, encabeçadas pelo imperialismo norte-americano, não está em causa a paz e o direito dos povos, mas a ordem imperialista. Ao ter por base a partição, a divisão, a negação dos direitos dos povos, a opressão e a negação da democracia, este acordo cria todas*

as condições para novos confrontos, novas guerras e novos massacres”.

Assim é: a situação em que a Palestina se encontra em 2023 estava inscrita nos Acordos de Oslo, 30 anos antes, na altura saudados por um vasto consenso de todas as forças de direita e de “esquerda” a nível internacional e em todos os países.

À época, a IVª Internacional contrapôs aos Acordos de Oslo a perspectiva de uma “*nação palestiniana unida e fraterna (...)* necessariamente ligada à luta pela emancipação de todos os povos da região, pelo estabelecimento de uma união dos povos e Estados do Próximo e Médio Oriente em pé de igualdade, libertos da opressão imperialista, libertos do domínio e da exploração dos proprietários fundiários e da burguesia. O que pode abrir uma saída a toda a humanidade é a luta dos trabalhadores e a luta dos povos, a sua unidade contra o imperialismo. Por isso a IVª Internacional se mantém fiel ao lema da Iª Internacional: “*A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores*”. Para a IVª Internacional, é aos trabalhadores, é aos povos que cabe decidirem do seu próprio futuro.”

Quem ousará dizer que estas linhas, escritas há 30 anos, perderam força e actualidade? Tais são as nossas posições; submetemo-las à consideração de todos os trabalhadores, activistas e jovens empenhados na causa da paz, da justiça e do progresso social. ●

14 de Outubro de 2023

* Em 1969, o Movimento Nacional Palestino declarou solenemente que “o objectivo final desta luta consiste na restauração do Estado democrático e independente da Palestina, onde todos os cidadãos, independentemente da raça e da religião, gozarão direitos iguais”. Em 1970, o IIº Congresso Mundial sobre a Palestina, organizado pelo Movimento Nacional Palestino, declarou: “*Todos os judeus, muçulmanos e cristãos terão direito à cidadania palestiniana*”. Estas posições foram abandonadas por todas as direcções palestinianas. Quanto ao Hamas, em 1 de Maio de 2017 pronunciou-se por “*um Estado nas fronteiras de 1967*”.

● DOCUMENTO

Resolução sobre o Labor Party e o partido operário negro ligado ao combate pelo Labor Party

Resolução apresentada conjuntamente pelo *Socialist Organizer* (Estados Unidos) e pelo *Ujima People's Progress Party* (Estados Unidos), adoptada pela conferência internacional por unanimidade.

NÓS – SOCIALISTAS revolucionários militantes e adeptos da libertação e da autodeterminação dos negros, presentes na conferência internacional de 3 a 5 de Novembro de 2023 “pela reconstituição da IVª Internacional, pelo partido mundial da revolução socialista” – apresentamos o seguinte texto à discussão e consideração dos conferencistas.

É nossa intenção que esta declaração seja adoptada pela conferência como um todo. Sabemos que este texto não versa outros aspectos da questão negra, como o das relações entre partidos operários negros independentes e as nações e lutas de libertação em África e na diáspora africana, ou, em pormenor, as relações entre partidos operários negros e outras comunidades oprimidas. Temos de abrir esta discussão específica entre nós, solicitando a participação activa e a arbitragem dos camaradas africanos nesta discussão.

Uma característica distintiva

A classe operária americana apresenta uma característica distintiva: a classe operária negra tanto é uma componente da classe operária, ao ter sido elemento central da formação da nação americana, já que o seu trabalho escravo e o seu estatuto de escravos desenvolveu as forças produtivas da sociedade, como os negros, do mesmo passo, foram excluídos da formação da nova nação (e maioritariamente assim continuam).

Os trabalhadores negros são predominantemente proletários, mas os descendentes dos negros africanos na América são mais do que meramente outro segmento dos sectores mais explorados da



Estados Unidos: manifestação contra as violências racistas da polícia

classe trabalhadora. A sua posição na sociedade é especial: a sua consciência é influenciada tanto por factores raciais e nacionais como por factores de classe. O que também se aplica aos indígenas americanos.

A exclusão deu-se há séculos, mas ainda subsiste. Esta exclusão contínua coloca a luta contra o racismo e pela autodeterminação negra no topo das prioridades da luta revolucionária nos Estados Unidos.

A luta pela emancipação do povo negro escravizado esteve no cerne tanto da primeira como da segunda revoluções americanas... sendo a segunda mais conhecida como a Guerra Civil. Só que o fracasso, ou melhor, as limitações do período da Reconstrução Radical do pós-guerra deram ensejo à queda da luta pela liberdade dos negros no abismo do período *Jim Crow* e da segregação – abismo que perdura.

Esta situação dá realce à necessidade de promover a auto-organização dos trabalhadores negros.

Os trabalhadores negros são o único elemento capaz de decidir quais são as formas de auto-organização (partidos operários negros independentes, etc.) necessárias para levar avante a luta pela

liberdade dos negros e qual a base necessária para que se possa dar a junção com a classe trabalhadora branca, de molde a que os negros se sentem à mesa da unidade da classe trabalhadora como iguais, não como subalternos.

Uma dualidade distinta: partidos operários independentes

A unidade da classe trabalhadora é, na nossa qualidade de construtores do partido revolucionário, o nosso fim último; mas essa unidade pressupõe o apoio à autodeterminação negra, que pode passar pelo próprio direito à separação – divisão – da entidade política americana, se for essa a sua decisão.

Esta dualidade reflecte-se, em especial, na luta pela construção de um partido independente de toda a classe trabalhadora, que inclua o partido operário negro – portanto, um partido operário negro eleitoral ligada à luta pela construção de um partido trabalhista enraizado nos sindicatos e nos sectores oprimidos.

Não há contradição entre apelar a um partido trabalhista enraizado nos sindicatos e nos sectores oprimidos e apoiar um partido ou partidos operários negros eleitorais. Não há contradição entre estas duas lutas.

O movimento operário e os movimentos negros marcham cada um pela sua senda, mas marcham para um destino comum, só podendo a liberdade dos negros da opressão e a liberdade dos trabalhadores da exploração serem alcançadas pela vitória da sua luta comum contra o capitalismo. Os negros não poderão conseguir o seu objectivo de igualdade se não se aliarem à classe trabalhadora. Os ritmos de desenvolvimento dos dois movimentos são, todavia, desiguais. Os negros poderão querer começar por se juntar no seu próprio partido para poderem conseguir uma aliança entre iguais, em que os negros possam ter uma boa certeza de que as suas reivindicações e necessidades não sejam descuradas ou traídas pelos seus aliados.

Um partido operário negro eleitoral e um partido trabalhista encontrariam muito terreno comum logo desde o início e colaborariam por fins comuns, tendendo, no decurso da actividade conjunta, a estabelecer laços estreitos de organização ou mesmo a fundir-se num único partido ou federação de partidos. Se o partido operário negro eleitoral se formar primeiro, será um empurrão importante ao desenvolvimento de um Labor Party. A criação de um partido operário negro eleitoral que apresentasse os seus próprios candidatos sacudiria toda a estrutura política até aos alicerces.

Os que advogam a ruptura dos trabalhadores com os partidos gémeos do capitalismo adquiririam muita e melhor audiência das bases. Assim, a criação de partido operário negro não seria um benefício apenas para os trabalhadores negros, mas traria proveito, também, aos seus aliados actuais e potenciais.

Superar os obstáculos que a burocracia sindical e as “direcções” políticas negras semeiam no nosso caminho

Não é só a burocracia sindical americana que está amarrada ao Partido Democrático, mas tam-

bém a vasta maioria da classe trabalhadora negra, o que constitui um obstáculo central à luta pela acção independente da classe trabalhadora e pela libertação dos negros. O mesmo vale para os dirigentes impostores negros pequeno-burgueses, que, servindo de classe “compradora”, fizeram carreira à boleia do Partido Democrático.

Durante os últimos cem anos, mas, especialmente, desde a Segunda Guerra Mundial, os dirigentes traidores negros têm conseguido fazer descarrilar os movimentos de massas para o Partido Democrático, com a palavra de ordem “*hoje marchar, amanhã votar*”, com as marchas e comícios todos apontados para fazer propaganda pelo voto na ala dita “progressista” do Partido Democrático. Quebrar essas amarras de subordinação ao Partido Democrático é tarefa central para promover uma estratégia e intervenção revolucionária, particularmente no que tem que ver com a luta de libertação negra.

O contexto internacional

A situação política com que os trabalhadores se debatem nos Estados Unidos não pode ser dissociada das convulsões de um sistema capitalista em agonia. O sistema assente na propriedade privada dos meios de produção é mundial. A sua dependência não só do aumento da extorsão de mais-valia, mas também do roubo da terra, das guerras e da economia de guerra, por um lado, e da especulação desenfreada, por outro, tem-lhe permitido aguentar-se, mas à custa de um desenvolvimento maciço das forças destrutivas da humanidade.

Novas tecnologias, que encerram potencial para libertar a população trabalhadora das provações e da labuta ingrata do capitalismo em crise, são, em vez disso, veículos para a destruição de milhões de empregos. Enquanto destrói o trabalho humano, a maximização do lucro capitalista alimenta a mudança climática e ameaça a simples sobrevivência da humanidade.

Criar um quadro internacional

de discussão e campanhas comuns é uma das tarefas que emergem da conferência internacional de 3 a 5 de Novembro. É uma tarefa chave. É necessário um timão político internacional para navegar estas águas agitadas.

Construir movimentos de massas para combater o número crescente de guerras no mundo inteiro, por exemplo, exige coordenação política, pois aprendem-se lições de outras forças empenhadas na luta pela construção do Partido Mundial da Revolução Socialista com alicerces internacionalistas, anti-imperialistas, anti-racistas e anticapitalistas. A luta pela libertação dos negros nos próprios Estados Unidos exige um quadro internacional.

É fundamental afinar uma orientação política que ajude as massas trabalhadoras a superar os obstáculos que lhes saem ao caminho.

O carácter combinado da revolução americana a vir

A revolução americana a vir terá carácter combinado. Será uma revolução socialista da classe trabalhadora e seus aliados contra a burguesia. Mas será também uma revolução de libertação nacional dos negros, que ajude a libertar os povos indígenas e outras comunidades oprimidas. Só a instauração do poder dos trabalhadores neste país permitirá coroar de êxito esta luta combinada.

Só um governo assente na classe trabalhadora e em todos os oprimidos garantirá os direitos democráticos de todos os povos oprimidos. Não pode haver resposta às reivindicações democráticas nacionais das nacionalidades oprimidas sem dar solução à exploração capitalista dos trabalhadores – portanto, sem luta contra a propriedade privada dos meios de produção.

A revolução, para ser vitoriosa, tem de combinar as tarefas incumpridas da revolução democrática – incluindo o direito à autodeterminação de todas as nacionalidades e povos oprimidos – com a revolução socialista. ●

● DOCUMENTO

Resolução sobre a luta contra a dupla opressão e dupla exploração das mulheres trabalhadoras

Resolução apresentada conjuntamente por Rubina Jamil (Paquistão) e Christel Keiser (França)

“A época do declínio capitalista inflige os mais duros golpes à mulher como operária e como dona de casa. As secções da IVª Internacional devem procurar apoio nas camadas mais oprimidas da classe operária e, consequentemente, entre as mulheres trabalhadoras: “Lugar à juventude, lugar às mulheres trabalhadoras!”, conclui o Programa de Transição (1938).

É FORÇOSO NOTAR QUE, na época do capitalismo decomposto, as mulheres trabalhadoras continuam a sofrer golpes duríssimos – mas que são também elas quem está na primeira linha da luta contra a política dos seus governos (contra a guerra imperialista, contra a vida cara, pela defesa dos direitos democráticos, etc.) e que

as secções, grupos e militantes do CORQI devem “procurar apoio” nelas.

Para isso, é necessário que acertemos a nossa posição sobre a dupla opressão das mulheres – que se combina e acresce a uma opressão específica que afecta as mulheres negras e as mulheres imigrantes – e a sua dupla exploração.

Na sociedade capitalista, todas as mulheres são oprimidas enquanto mulheres, todas se encontram numa relação de submissão ao domínio masculino, o do cônjuge e o da sociedade.

No caso das mulheres traba-



Christel Keiser



Rubina Jamil



Paris (França), 7 de Outubro. Jornada internacional de mobilização do Comité Internacional de Defesa das Mulheres Afegãs

lhadoras, esta opressão conjuga-se com a opressão geral do capitalismo.

Acresce-lhe a exploração capitalista que toda a classe operária sofre – mas também a exploração na célula familiar.

Segundo a célebre fórmula de Engels, que fazemos nossa, “*a mulher é o proletário do homem*”: “*A família conjugal moderna assenta na escravatura doméstica, confessa ou velada, da mulher.*”

Assim sendo, a desigualdade de direitos entre mulheres e homens não é a causa da opressão económica, mas o contrário; é a opressão económica que subjaz à desigualdade de direitos, desde que se instaurou o patriarcado. Não quer dizer que a reivindicação elementar de igualdade de direitos – a começar pela igualdade salarial – não deva estar presente em todas as nossas intervenções.

Por isso, os militantes da IVª Internacional não se definem como “feministas”. Esta etiqueta é, com efeito, agitada em todo o género de meios e por todos os sectores da vida social, económica e política.

Nós reconhecemos a existência de classes sociais com interesses antagónicos. Sabemos que uma classe social se define pela relação de exploração e por nenhuma outra coisa. As mulheres não são, portanto, uma “classe social”, oposta à “classe” dos homens.

Os militantes da IVª Internacional situam-se, sejam quais forem as suas circunstâncias, num terreno de classe e não colocam, por conseguinte, no mesmo plano as mulheres da classe trabalhadoras e as mulheres da burguesia.

Nós reconhecemos a pertinência da existência de reivindicações democráticas comuns a todas as mulheres (defesa do direito ao aborto e à contraceção, do direito de voto, do direito ao trabalho, à instrução, ao divórcio, luta contra as violências conjugais, etc.). Sabemos também, contudo, que existem reivindicações sociais próprias das mulheres trabalhadoras.

Onde o combate pelas reivindicações democráticas reveste for-

mas específicas, os militantes da IVª Internacional são, evidentemente, parte integrante dele.

Mas nós sabemos que, em sistema capitalista, todo e qualquer avanço social ou democrático será inevitavelmente atacado pelo capital e pelos partidos que o representam. Por isso sabemos que a realização integral dessas aspirações passa pela organização das mulheres nas secções e grupos da IVª Internacional.

A esse propósito, Trotsky vinca a organização comum a homens e mulheres: “*Não queremos organização separada das mulheres comunistas.*”

Isto significa, concretamente, a criação de estruturas, comissões e a definição de palavras de ordem e iniciativas que permitam às mulheres lutar pelas suas reivindicações específicas, mas ligadas ao partido e à luta de conjunto, que, eles sim, juntam toda a classe operária.

Com efeito, se existem reivindicações específicas às mulheres trabalhadoras, a sua integral satisfação só pode ser proporcionada pelo movimento da classe trabalhadora como um todo.

É o que fazemos, nomeadamente, ao desenvolver a campanha internacional pela defesa das mulheres afegãs, pela defesa dos seus direitos, pelo respeito incondicional do direito de asilo, sem deixar de apontar a responsabilidade dos governos dos países imperialistas, que se tornam cúmplices de facto do regime dos talibãs.

É o que fazemos organizando em todos os nossos países iniciativas por ocasião do 8 de Março, jornada internacional dos direitos das mulheres, relacionando-as com a construção das nossas secções e grupos da IVª Internacional.

É o que fazemos quando tomamos iniciativas pela defesa do direito ao aborto, pela defesa dos hospitais e das maternidades, pela defesa do direito à saúde.

É o que fazemos quando, na luta de classes, no movimento sindical, avançamos reivindicações de igualdade salarial e de guarda

colectiva das crianças, permitindo a emancipação das mulheres.

É condição para acabar com a dupla opressão das mulheres “*eradicar o próprio sistema de exploração e, portanto, o sistema capitalista e poder arrancar pela raiz toda as relações de exploração e opressão*” (Lenin).

É condição necessária, mas não, só por si, suficiente. Sabemos que, mesmo depois de a classe trabalhadora tomar o poder, será necessário um longo trabalho virado para a modificação dos modos de vida e, conseqüentemente, das mentalidades, para chegar à emancipação e à igualdade plenas.

De maneira geral, ilumina a nossa orientação o que, nesta matéria, Marx e Engels explicaram (na *Sagrada Família*): “*A mudança de uma época histórica pode ser sempre definida pelo progresso da mulher em direcção à liberdade, pois é nisso, na relação da mulher com o homem, do fraco com o forte, que se manifesta claramente a vitória da natureza humana sobre a brutalidade. O nível de emancipação da mulher é a bitola natural da emancipação universal.*”

Com base nestes considerandos, a nossa conferência recomenda:

Que todos os grupos e secções definam as formas e meios de uma intervenção específica em direcção às mulheres trabalhadoras.

Que todos os grupos e secções elaborem um plano preciso para ganhar para a IVª Internacional as melhores lutadoras, tratando de que elas ocupem plenamente o seu lugar nas instâncias de direcção.

Que o trabalho iniciado ao nível internacional nesta questão seja plenamente assumido pelo organismo de direcção saído da conferência (particularmente o prosseguimento da campanha pela defesa das mulheres afegãs e as iniciativas tomadas por ocasião do 8 de Março de 2024).

A conferência decide que a totalidade da discussão sobre estas questões seja publicada no número 32 d’*A Internacional*. ●

**Adoptada por unanimidade
menos 5 abstenções**

● DOCUMENTO

Mulheres trabalhadoras: Relatório e discussão

Christel Keiser (França)

NO DOSSIÊ Há um projecto de resolução sobre a questão da dupla opressão e da dupla exploração das mulheres, proposto por Rubina e por mim. Gostava de vos trazer alguns elementos complementares e de acerto do projecto.

Daniel terminou o relatório introdutório citando a conclusão do *Programa de Transição – “Lugar à juventude e às mulheres trabalhadoras”* – e eu queria aqui dar-vos alguns elementos de actualidade sobre a situação a que as mulheres trabalhadoras são expostas nos vários países.

Viu-se no último período como o regime da propriedade privada dos meios de produção necessita do patriarcado, como se apoia no patriarcado para manter a dupla opressão e a dupla exploração das mulheres. Isso acarreta um duplo movimento: por um lado, as mulheres trabalhadoras, que fazem parte das camadas mais oprimidas e exploradas, sofrem dos governos os golpes mais brutais (já volto a focar este ponto) e, por outro lado, as mulheres trabalhadoras resistem a esta política. É, no fundo, a estas mulheres que nós nos dirigimos e é a essas mulheres que propomos que adiram às nossas secções e grupos da IV^a Internacional.

Quanto ao primeiro aspecto, infligem-se os golpes mais brutais às mulheres trabalhadoras (não quero dar aqui agora uma lista exhaustiva).

Cumpre apontar, contudo, a situação no Irão, nomeadamente. Uma vez mais, uma mulher jovem foi agredida no metro de Teerão por mulheres que trabalham para o regime iraniano, por não usar o lenço de cabeça. Passou quatro semanas em coma, morrendo num hospital da capital no final de Outubro. A versão das autoridades

iranianas é que ela bateu com a cabeça no chão depois de desmaiar por causa de uma queda de tensão. Evidentemente, ninguém acredita em tal versão... Esta situação ecoa o que já no ano passado aconteceu depois da morte de Mahsa Amini, em 7 de Setembro de 2022. Fora espancada depois de detida por causa de um véu mal usado na rua.

Merece igualmente menção a situação das mulheres no Afeganistão. O camarada do Afeganistão focou a luta do “Movimento Espontâneo das Mulheres Afegãs” no seu país, situação que, como se sabe, está ligada à política dos talibãs (repostos pela administração americana em Agosto de 2021). As mulheres são privadas de todos os seus direitos, do direito à instrução, do direito ao trabalho, do direito a saírem sozinhas, são proibidas de acesso aos parques, às salas de desporto, aos banhos-duches, e viram serem encerrados os salões de beleza. Ora, estes eram para elas uma das suas últimas fontes de rendimento e, aliás, um dos últimos lugares em que lhes era possível socializarem. São ameaçadas, presas, espancadas, encarceradas em prisões públicas ou privadas e, quando pedem asilo, é um inferno. Temo-lo explicado nas colunas de *La Tribune des travailleurs*, uma advogada explicou lá o percurso dessas mulheres. Não podem conseguir visto nos próprios países, pelo que se têm de deslocar ao Paquistão, ao Irão ou à Índia. São meses para conseguir uma simples entrevista no consulado desses países e, quando conseguem lá chegar, o prazo já expirou e são expulsas sem conseguirem o visto para França, os Estados Unidos ou outros países.

Há também que assinalar a situação das mulheres nos Estados Unidos, nomeadamente na questão do aborto (na Polónia

também). Nos Estados Unidos, quatorze dos cinquenta Estados proibiram o aborto no seguimento do veredicto do Supremo Tribunal do ano passado, com duas consequências: primeiro, contrariamente ao que o Supremo Tribunal possa pensar, há aumento do número de abortos nos Estados Unidos. Porquê? Porque as mulheres privadas do seu direito no seu próprio Estado vão abortar aos Estados limítrofes. No Novo México, registou-se uma alta de 220% dos abortos em comparação com 2020, porque os Estados limítrofes proibiram o aborto.

Estas viagens têm um custo. É preciso pagar a viagem, pagar o alojamento, pedir uma licença no trabalho, organizar a guarda das crianças e, assim, muitas mulheres não têm condições para sair do seu Estado para abortar. Como se percebe, são as mulheres da classe trabalhadora as primeiras vítimas da proibição do aborto nos Estados Unidos. Mesmo os peritos da ONU acham que elas são afectadas por esta medida de proibição de maneira (o termo é deles) “desproporcionada”.

Depois há a segunda consequência, que é evidentemente que a vida destas mulheres fica em perigo, porque a escolha que lhes resta é a seguinte: ou decidem encontrar outros meios para abortar ou ficam condenadas a ficar com a criança que não desejam ter, estando já numa situação social extremamente precária.

Em França, contabilizam-se, em média, cento e cinquenta mulheres que morrem cada ano às mãos do cônjuge ou ex-cônjuge. Desde o início do ano, já se contam cento e sete. Que faz o governo? Há que dizê-lo: nada, ao contrário do que pretende! Quando se podiam ter tomado medidas de urgência para proteger essas mulheres e pô-las em segurança. Podia-se criar maciçamente aloja-



Reunião clandestina em Cabul (Afeganistão) do Movimento Espontâneo das Mulheres Afegãs (SMAW)

mentos de emergência, pôr a funcionar braçadeiras anti-aproximação, mas viu-se que elas não funcionavam. Podia-se pôr a funcionar um número de urgência, mas não há pessoal. Podia-se acompanhar as mulheres quando elas têm de apresentar queixa nas esquadras de polícia. Podia-se criar cuidados destinados aos homens violentos. Em suma, medidas, nenhuma das quais é tomada, porque, em França, como em todo o lado, o dinheiro é usado para outros fins.

Depois, há ainda a questão da IVG, ainda que ela não se coloque nos mesmos termos que nos Estados Unidos, dado o aborto ser autorizado em França.

Macron decidiu mesmo inscrevê-lo na Constituição. Vou citar o artigo de lei que ele vai introduzir na Constituição: “A lei determina as condições do exercício da liberdade da mulher, que lhe é garantida, de recorrer a uma interrupção voluntária da gravidez.” Há aqui um problemazinho; é que liberdade não é direito. Há uma diferença entre as duas noções, de liberdade e de direito. Uma liberdade é a faculdade de fazer uma dada coisa. De um direito podem-se exigir os meios pertinentes, ainda que se saiba que eles não existem, mas isso é outro problema. E pronto, anda aí toda a gente a cantar vitória, todas as organizações feministas, todas as organizações de “esquerda” rejubilam com a entrada na Constituição desta

pretensa liberdade de poder abortar.

O que mais é: o que é isso dum direito sem meios? Fecham-se a torto e a direito maternidades e centros de IVG afectos às maternidades. O orçamento da Segurança Social para o ano que vem foi amputado em 3.500 milhões de euros. E o governo decidiu que vai continuar com esta política.

Falei de um duplo movimento. Há também a resistência das mulheres, e acho importante vincar esta questão. Falei há pouco do Irão. Vimos as enormes manifestações que ocorreram no ano passado, depois da morte de Mahsa Amini, manifestações onde se viam homens e mulheres a lutar contra a política do seu governo.

Vimos, claro, as manifestações no Afeganistão, as reuniões, os comícios. Temos publicado regularmente no nosso semanário informações sobre a mobilização das mulheres que desafiam o regime dos talibãs e arriscam a vida contra essa política. Aproveito para dizer que, numa vintena de países, organizámos concentrações para exigir que as mulheres pudessem conseguir o direito de asilo quando o pedissem. Em várias cidades do Afeganistão, houve manifestações nesse dia 7 de Outubro. Lembro que a data foi escolhida pelo “Movimento Espontâneo das Mulheres Afegãs” por ser o aniversário da ocupação do seu país pelas

tropas da NATO e pelas tropas americanas. O que foi, aliás, contestado por algumas associações feministas, nomeadamente em França, que deram às suas aderentes a instrução de não participarem na concentração em Paris, porque 7 de Outubro de 2001 era a data da libertação das mulheres...

Houve, também, no ano passado, as manifestações nos Estados Unidos contra os atentados ao direito à IVG quando o Supremo Tribunal proferiu a sua decisão. Em França, há igualmente manifestações regulares pela defesa desse direito, assim como, mais geralmente, nos países em que os governos tentam proibir o direito ao aborto. Também podíamos falar de todas as mobilizações contra as reformas das pensões cá, por aumentos de salários, noutros sítios.

Quanto ao projecto de resolução posto à discussão, queria só vincar alguns pontos. Há uma questão que vincamos na resolução: “Os militantes da IVª Internacional não se definem como feministas”, sendo esta etiqueta agitada em toda a espécie de meios e em todos os sectores da vida social, económica e política. Desenvolvíamos assim: “Nós reconhecemos a existência de classes sociais com interesses antagónicos. Sabemos que uma classe social se define pela relação de exploração e por nenhuma outra coisa. As mulheres não são, portanto, uma “classe social”, oposta à “classe” dos homens.”

Tomo a liberdade de vincar este ponto. Vou dar um exemplo: em Montreuil, cidade em que estamos reunidos, há uma Casa das Mulheres, que alberga alguns grupos feministas, diversos e variados, que eu qualificaria de burgueses. Uma das reivindicações avançadas por estes movimentos é que se dê a uma rua o nome de Laurence Parisot. Laurence Parisot é a antiga responsável do Medef, portanto do patronato francês. Não há, assim, fronteira de classe.

Não quer dizer que, por força da dupla opressão e da dupla explo-

● DOCUMENTO

>>>

ração, não defendamos determinadas reivindicações democráticas. Falei do direito ao aborto. Mas também há o direito à contracepção, o direito de voto, o direito ao trabalho, o direito à instrução, a luta contra as violências conjugais, etc. Como militantes trotskistas, somos parte integrante das formas específicas desta luta nos nossos vários países.

No entanto, e este é o terceiro ponto que queria vincar, para obter a satisfação integral das reivindicações, nós procuramos, como é evidente, organizar as mulheres trabalhadoras nas secções e grupos da IVª Internacional. Ora, para isso, temos de ser capazes de nos dirigirmos especificamente às mulheres trabalhadoras, recorrendo a várias formas de organização.

Mariora Cretan (Roménia)

Sou responsável da comissão de mulheres da Federação Nacional do Trabalho na Roménia. Na Roménia, a degradação da situação económica e social ataca todas as categorias da população, mormente as categorias sociais vulneráveis. Nesta situação, a situação das mulheres degrada-se, designadamente no aspecto do emprego, embora as mulheres também estejam em situação de inferioridade noutros sectores da vida social. A taxa de desemprego é mais alta para as mulheres do que para os homens e, para condições de trabalho idênticas, o salário das mulheres é quase sempre mais baixo do que o dos homens. O défice de empregos, esta discriminação na vida real, quando as leis prevêm a igualdade das mulheres e homens, engendraram uma dependência financeira das mulheres para com os maridos, dependência e posição de inferioridade que é agravada pelo aumento das violências domésticas de que as mulheres são vítimas.

Do mesmo passo, as famílias são afectadas pela dura realidade da vida social. Como os maridos são obrigados a emigrar para encontrar trabalho, as mulheres têm dificuldades, e a educação das crianças pesa principalmente



O 7 de Novembro em Moscovo (Rússia): “Soldados mobilizados para casa!”

sobre elas. À parte as preocupações da existência material, há as responsabilidades morais pela educação dos filhos, responsabilidade por famílias de facto separadas, com a consequência de aumentar o número de crianças que abandonam a escola. Situações ainda mais graves, como o tráfico de seres humanos, desenvolvem-se cada vez mais, afectam a condição das mulheres.

Estas duras realidades para as mulheres são produto de uma sociedade que ataca não só a condição da mulher, mas a condição humana.

A emancipação das mulheres está, pois, ligada ao desaparecimento desta sociedade e à emancipação dos trabalhadores, que deve tornar-se realidade, ao nível nacional, mas também ao nível internacional, através do partido dos trabalhadores que nós queremos construir. Obrigada.

Marzia Fiastrì (Suíça)

Bom dia, camaradas, escutei com atenção, parece-me, a introdução de Christel, mas tenho que dizer que não me convence o parágrafo que diz que não me defino como feminista porque, argumenta o texto, toda a gente e um par de botas se define hoje como feminista, tenha a posição

que tiver.

É evidente que o exemplo que ela deu é válido. Ainda assim, eu tiraria o parágrafo, por duas razões: primeiro, eu não me defino pelos outros, mas, sobretudo, porque, digo eu, enquanto militante operária, eu sou forçosamente feminista. Portanto, se esta matéria dá azo a discussão, eu, pessoalmente, seria por não pô-la na resolução. Vou dar um exemplo, eu também, de dois desvios das pretensas feministas: em Genebra, o conselho municipal, de maioria socialista-verde, decidiu, para compensar as desigualdades salariais entre homens e mulheres, reduzir o preço das assinaturas e dos bilhetes culturais exclusivamente para as mulheres (a assinatura da biblioteca, do cinema e da ópera custará um terço menos às mulheres do que aos homens). Não considero isto uma proposta feminista e não a apoio. As assinaturas são pagas com o dinheiro dos trabalhadores, e não há razão nenhuma para os trabalhadores financiarem as assinaturas das burguesas ao teatro, mas não a assinatura do pedreiro de Friburgo na biblioteca municipal. Por isso, não acho que tais pretensas reivindicações feministas o sejam. Se é isso que queremos dizer, muito bem, mas parece-me

que é uma discussão um bocado ao lado.

Tenho algumas propostas de emendas à resolução propriamente dita. O 4º parágrafo começa assim “Assim sendo, a desigualdade de direitos entre mulheres e homens não é a causa da opressão económica, mas o contrário; é a opressão económica que subjaz à desigualdade de direitos, desde que se instaurou o patriarcado.” Muito bem. Proponho que se acrescente uma frase que diga: “Não quer dizer que a reivindicação elementar de igualdade de direitos – a começar pela igualdade salarial – não deva estar presente em todas as nossas intervenções.”

E explico: é evidente que, na Suíça, a Constituição preceitua a igualdade, mas, objectivamente, ainda há um diferencial salarial de um terço, não na função pública, mas no privado, ou seja, na maior parte da economia, entre os salários das mulheres e dos homens. Digo inclusive que existe, na Suíça, um direito de iniciativa que permite à população propor modificações da Constituição, e a iniciativa mais maciçamente adoptada (é raríssimo iniciativas populares passarem, pois para isso exige-se dupla maioria, dos cantões e do povo) na história dos últimos cinquenta anos foi uma iniciativa que se seguiu à crise da Covid, exigindo a revalorização do salário das enfermeiras. Foi adoptada – e, dois anos mais tarde, ainda não há lei de aplicação que a regulamente e execute.

A proposta que eu faço é de desenvolver este aspecto: o da luta, necessária, pela igualdade de direitos.

Tenho outra proposta, no fim da página. Proponho que o último parágrafo fique redigido de maneira afirmativa e não negativa. “Nós reconhecemos a pertinência da existência de reivindicações democráticas” etc., “como reivindicações sociais próprias das mulheres trabalhadoras”, sem o “mas”, pois não há oposição. Reconhecemos as duas coisas. E ainda acrescentaria: “dado que as

mulheres são quase sempre o sector mais explorado do proletariado.” É assim em muitíssimos países, como antes vimos.

Por fim, na segunda página: depois de “Onde o combate pelas reivindicações democráticas reveste formas específicas, os militantes da IVª Internacional são, evidentemente, parte integrante dele”, dizendo o texto, na última linha, “Mas nós compreendemos que a realização (...)”, eu poria antes “Mas nós sabemos que, em sistema capitalista, todo e qualquer avanço social ou democrático será inevitavelmente atacado pelo capital e pelos partidos que o representam. Por isso sabemos que a realização integral (...)”, retomando-se o texto nesse ponto.

Mya Shone (Estados Unidos)

Camaradas,

A minha camarada Coral e eu discutimos a resolução juntas. Concordámos com a linha geral. Também concordámos com as duas propostas – continuação da defesa das mulheres afegãs e preparação conjunta da Jornada Internacional das Mulheres.

Achamos – não exigimos isto a toda a gente, mas nos Estados Unidos – que são precisas algumas alterações. Nos Estados Unidos, é importante incluir as mulheres transgénero, não binárias e lésbicas. Não basta falar em “mulheres”. Como disse, não impomos isto a ninguém, mas, nos Estados Unidos, particularmente na nossa própria organização, este assunto tem importância.

Além disso, nós, portanto, Coral e eu, concordamos (no essencial) com os comentários de Marzia sobre o feminismo. Não nos consideramos feministas burguesas, mas entendemos que a questão das mulheres na classe trabalhadora é uma questão feminista. O termo “feminista” foi capturado pelas mulheres burguesas.

Também acrescentaríamos “salário igual para trabalho igual” à lista de reivindicações democráticas, no final da resolução. É um tema fundamental de campanha nos Estados Unidos, que já tem barbas.

Dito isto, bem gostava de chegar aqui hoje e dizer que há um vasto movimento de mulheres activo, especialmente no terreno dos direitos reprodutivos, que nos estamos a mobilizar nas ruas. Só que não é assim. A organização das mulheres, a actividade militante que nos deu o direito ao aborto – o direito de a mulher terminar a gravidez – foi desmobilizado, e o movimento feminista burguês empurrou todo o esforço para o terreno eleitoral, particularmente para o Partido Democrático, partido que traiu e continua a traír os interesses das mulheres, do mesmo passo que proclama lutar pelos direitos das mulheres.

Esta questão é crítica para os membros da IVª Internacional. Nós, do *Socialist Organizer*, focamos a nossa energia no trabalho de mobilizar as mulheres trabalhadoras para romper com o Partido Democrático e construir um partido trabalhista de massas independente, implantado nos sindicatos e nos sectores oprimidos. Isto é tanto mais importante para as mulheres dos sectores oprimidos, que são quem mais sofre em matéria de acesso à contracepção e à interrupção da gravidez (cuidados reprodutivos).

Não sei se compreendem o que se está a passar nos Estados Unidos. Estão a destruir todo o sistema federal em que se inclui a protecção dos direitos à escala nacional. Vê-se isso, especificamente, no que concerne aos direitos das mulheres. Assim foi quando o Supremo Tribunal impugnou a sentença do caso *Roe v. Wade*, de 1973, que garantia o direito da mulher a interromper a gravidez, deixando a cada um dos 50 Estados o cuidado de produzir a sua própria legislação.

O resultado disto foi que, em metade dos Estados federados dos Estados Unidos, têm passado leis, que afectam 100 milhões de mulheres, que proíbem completamente ou limitam o aborto, em alguns casos a apenas 6 semanas, portanto antes de muitas mulheres sequer saberem que estão grávidas.

● DOCUMENTO

>>> Esta gente que se opõe aos direitos das mulheres não parou por aí. Está actualmente à consideração do Supremo Tribunal um caso que pode levar à proibição do medicamento Mifepristone. O Mifepristone é um abortivo químico e o método que hoje se usa em mais de 50% dos abortos. As mulheres que recorrem ao Mifepristone fazem-no no recato das suas próprias casas. O Supremo Tribunal poderá proibir o seu uso em todos os Estados Unidos, mesmo nos Estados em que o aborto é legal.

O movimento de mulheres deixou de ser um movimento nacional, passou a ter o seu foco Estado a Estado. Ficou a depender de advogados, que se batem valentemente nos tribunais estaduais pela impugnação das proibições decretadas pelas legislaturas dos Estados. No entanto, o mais comum tem sido os Supremos Tribunais estaduais respaldarem as leis de cada Estado.

Outro esforço que se tem empenhado são emendas constitucionais veiculadas por referendos, nos Estados em que o direito ao aborto ficou proibido ou gravemente limitado. Apesar das centenas de milhões de dólares canalizadas por defensores da proibição do aborto, tem-se conseguido consagrar, por grandes maiorias, protecções constitucionais estaduais, para já no Kansas e Ohio.

Não devíamos ser obrigadas a criar portos seguros para o aborto, Estado a Estado pelos Estados Unidos fora, mantendo-se precária a situação das mulheres na maioria dos Estados. A Califórnia tornou-se hoje num desses portos seguros, mostrando as estatísticas que muito mais mulheres viajam actualmente para a Califórnia só para fazerem um aborto seguro.

Não posso acabar sem vos contar o que aconteceu há dias. Vai-vos chocar saber que, esta semana, um adolescente e a mãe foram presos, nos Estados Unidos, por terem levado a amiga do rapaz, de 15 anos, do Es-

tado de Idaho, onde ela vive, para o Estado vizinho do Oregon, para ela fazer um aborto, depois de ter sido vítima de abuso sexual. Esta mãe e o filho adolescente foram pronunciados por delitos múltiplos, entre eles rapto, estando na iminência de penas de prisão longas.

Não temos tempo a perder, nos Estados Unidos. Temos de nos mobilizar outra vez à escala nacional e, o que é mais, romper o sistema de dependência das mulheres do Partido Democrático.

Stéphanie Faury (França)

No contexto de guerra que vivemos, há representantes eleitos com posições que nos lembram os mais sombrios períodos. Atacam os viajantes e ciganos, os doentes mentais e quem se lhes oponha, para camuflar a sua política contra os trabalhadores e a população. Ano passado, o presidente da camarada Nemours deixou fechar um terço dos serviços de psiquiatria. Alguns dos doentes passaram a ser sem-abrigo, errando pelos corredores do hospital. São, por vezes, agressivos com o pessoal, para exigirem a hospitalização. Agora, a sr^a Lacroute, a presidente da câmara de Nemours, está-se a meter com gente itinerante que vive em Nemours há vinte ou trinta anos. Têm trinta crianças escolarizadas. Ela pôs a correr que eles foram responsáveis por um grande incêndio de uma lixeira pública selvagem, para exigir a sua expulsão imediata.

Os partidos de esquerda constituíram-se em colectivo (LFI-La France insoumise, PCF-Partido Comunista Francês) para se oporem à câmara, usando a causa dos itinerantes e decidindo por eles.

Nós, comité do POID, encontramos-nos com a gente itinerante de Nemours. Conversámos com mulheres lutadoras, que nos falaram das suas reivindicações. Ajudámo-las a exprimirem-se nas suas reuniões e no encontro que tiveram com a presidente da câmara e o adjunto do prefeito. Elas disseram que *“queremos aqui ficar, no nosso terreno em Nemours, enquanto esperamos pela construção*

de terrenos familiares subvençãoados pelo Estado (prometidos desde 2012) e queremos manter a escolaridade de todos os nossos filhos, mesmo os que são deficientes.”

No entanto, em 19 de Outubro de 2023, eles expulsaram a gente itinerante de Nemours. Cem polícias apareceram uma manhã e disseram-lhes que tinham trinta minutos para sair. Traziam com eles uma retro-escavadora enorme, para dar cabo de tudo. Alguns dos itinerantes de Nemours já não tinham caravanas, viviam em cabanas, que foram destruídas. Ficaram sem abrigo. Na semana seguinte, fomos vê-los. Mostrámo-lhes o artigo do nosso jornal, *La Tribune des travailleurs*, que denunciava a posição da presidente da câmara e reproduzia as reivindicações deles. Mostrámo-lhes igualmente o nosso último comunicado do POID. Disseram-nos: *“Toda a gente nos abandonou. Não voltámos a ver as pessoas do colectivo, os nossos advogados, a associação nacional das gentes da itinerância. Ficámos aqui estacionados numa “prisão” a céu aberto, sob vigiância, numa área de acolhimento insalubre.”*

Ao fim de uma hora de discussão com estas mulheres itinerantes de Nemours, elas recobriram a confiança. Dissemo-lhes que lhes trazíamos a nossa solidariedade operária, com os sindicatos e o nosso partido. Elas disseram: está bem, vamos pedir um encontro com a presidente da câmara e vamos constituir a nossa própria delegação, convosco, para reivindicar os 15 mil euros anunciados na semana passada para trabalhos imediatos de reabilitação da área insalubre, a construção do terreno familiar prometido desde 2012 e a manutenção de todos os nossos filhos nas escolas de Nemours. A união local da CGT vai convidar os sindicatos de professores, a FSU e a FO. O nosso comité POID de Nemours ficou de interpelar a LFI, o PCF e a LDH (Liga dos Direitos do Homem) para eles acompanharem a delegação. É às mulheres da iti-

nerância de Nemours que compete ter as suas próprias reivindicações.

Temos visto, em meio hospitalar, que as mulheres mais exploradas são as agentes que trabalham nos Ehpad (lares de idosos), as AS (assistentes de enfermagem) e as ASH (mulheres de limpeza). Em Nemours, metade do pessoal é contratado. A directora aproveitasse da precariedade para dividi-las e explorá-las. Em 2023, um Ehpad integrou trinta pacientes suplementares, mas mantendo constante o quadro de pessoal. As condições de trabalho tornaram-se terríveis, pondo em causa a vida familiar. O director financeiro do centro hospitalar Sul 77 explicou que, graças aos excedentes dos seus três lares, iam conseguir absorver uma parte do défice hospitalar e, deste modo, pagar os juros aos bancos. Mas a que preço: penúria de material, racionamento da alimentação dos residentes, trabalho com falta de pessoal.

Como estas mulheres trabalham corajosamente, a gota de água que fez transbordar o copo foi terem-lhes ameaçado as férias, em que partem para os seus países com as famílias. Organizaram-se: vieram ter com o nosso sindicato CGT, sindicalizaram-se e fizeram vingar os seus direitos. Mas todas elas diziam: porque é que os nossos chefes são maus? Eu disse-lhes que a questão não era essa, era, sim: porque vos exploram? A direcção e os quadros põem-vos a trabalhar ao mais baixo preço, e, quando derem cabo de vocês, desfazem-se de vocês e vão explorar outras. Aquilo que vocês vivem no vosso lar de idosos é o que se vive em todos os lares de idosos de França. Do que vocês precisam é de se organizarem: apresentarem, unidas às vossas colegas, as vossas reivindicações ao vosso serviço (recrutamento de ASs e ASHs e contratos de substituição), mas organizarem-se também com os outros lares para se conseguir recrutar cem mil agentes. Propus às ASs e ASHs a petição “Contra a vida cara..., Macron, rua!”. Elas assinaram e compraram o jornal *La Tribune*

des travailleurs. Duas delas assinaram-no e inscreveram-se no comité do Ehpad e hospital de Nemours “Unidade para acabar com Macron e a sua política”. Estão interessadas em participar na reunião que formará a delegação ao segundo encontro nacional, em 25 de Novembro.

Sim, ajudemos estas mulheres do quotidiano a tomar consciência da sua força, organizando-se. Demos-lhes a conhecer o nosso partido e deixemo-las ocupar nele o lugar que é o seu!

Rubina Jamil (Paquistão)

Caras e caros camaradas, estamos discutindo a opressão com que as mulheres convivem ano após ano. Em todo o mundo. Temos visto, por todo o lado, que as mulheres enfrentam a opressão do capitalismo, do imperialismo, e dos seus parceiros homens, pois este é o sistema em que temos a nossa existência. Todas as nossas amigas, da Europa, dos EUA, de França e dos outros países têm descrito os problemas com que as mulheres se debatem. Há a grande questão do direito ao aborto, a luta por esse direito. Eu creio que estes problemas se encontram em todos os países, pela emancipação do capitalismo e do imperialismo. Falando das mulheres no Afeganistão, pois sim, elas enfrentam uma tripla opressão. Não têm o direito à educação, não têm o direito de ir ao mercado e não têm o direito a ter o seu emprego e a ter direitos para as suas famílias. É uma exploração muito forte, desde a retalibanação. Falando das mulheres do Iraque: pois, também elas sofrem de dupla exploração. Arcam com o duplo fardo de serem espancadas pelos homens, trabalham em sítios em que são oprimidas pelos homens, pelos chefes, e debatem-se com o assédio sexual e a exploração pelos organismos do Estado. Porque é que não se pode confiar nos capitalistas e no Estado para parar com esta discriminação que se vive em todo o mundo? Porque esses ditos democratas e capitalistas trabalham de mãos dadas. É uma discussão no CORQI. Eu concor-

do plenamente com a resolução.

Porque é a nossa luta separada da dos homens? Eles são seres humanos. Eu pertencço ao meu continente, o continente da Ásia do Sul, de que fazem parte o Nepal, o Paquistão, a Índia, as Maldivas e o Sri Lanka. Estas mulheres estão confrontadas com as normas dos costumes tradicionais e sofrem muito, também, da opressão dos religiosos e dos extremistas.

Estas mulheres têm tantos problemas. Nas ruas, atiram-lhes ácido, são espancadas pelos maridos, a violência doméstica tem aumentado, bem sei eu porque há violência doméstica. Por vezes, a causa é religiosa, também económica, mas porque se zangam tanto os homens com as mulheres? Se as mulheres trabalham nas fábricas, nos hospitais, em todos os domínios da vida, porque as espancam os homens?

As mulheres, em cada país, têm a Constituição, na Constituição os direitos das mulheres são iguais aos dos homens. Há leis laborais. Há leis para os hospitais, para os bancos, em todas as partes do mundo há leis, porque são as mulheres violadas? Estas leis não são aplicadas para as mulheres. Porque não têm as mulheres o direito de formar um sindicato? De formar um sindicato na sua própria fábrica? Porque os capitalistas não querem que essas mulheres sejam valentes e consigam os seus direitos, em comparação com os homens. Porque não conseguem as mulheres a mesma remuneração para trabalho igual? Esta é a grande exploração que domina o mundo inteiro.

É claro que há outras questões. Na América, a questão do aborto, as questões dos transgénero. No Paquistão, as mulheres também têm estado a pôr a questão dos transgénero. Mas pensemos. Nós somos as mulheres trabalhadoras, as mulheres que trabalham na agricultura, no sector doméstico, onde são muito exploradas pelos patrões.

Portanto, caras e caros camaradas, nós que nos debatemos

>>>

● DOCUMENTO

»»

com esta agressão, esta opressão há anos e anos, vamos para trás das grades. Tu, ele, ela, estivemos atrás das grades várias vezes. Que crime cometemos? Queremos os nossos direitos iguais; somos dirigentes sindicais, somos políticas, e também temos direito de tomar parte na política.

Contra nós, há leis antiterroristas. No meu país, existe uma lei antiterrorista. Se formamos um sindicato, o governo e as instituições chamam-nos terroristas. Os meus camaradas indianos, os camaradas sul-africanos conhecem isso. Os camaradas da Bélgica, de África sabem disso. Sabem como as mulheres são vítimas do Estado, dos capitalistas, dos imperialistas e dos seus próprios parceiros homens. Por isso, camaradas, queremos lutar, queremos lutar pela igualdade com os homens. Não podemos separar a nossa luta da dos homens. Os homens são os nossos parceiros.

Eu faço parte da IVª Internacional. Na última página da resolução, concordo plenamente com a secção que define as formas e meios de intervenção específica para as mulheres trabalhadoras e concordo que todas as secções e grupos devam elaborar planos precisos para ganhar as melhores lutadores de todo o mundo para a IVª Internacional e fazê-las ocupar plenamente o lugar que é o seu nos organismos dirigentes. Nós, mulheres, queremos que os nossos companheiros estejam sempre do nosso lado. Estou muito optimista que a luta que travamos nos nossos países será coroada de êxito um dia, sob o estandarte da IVª Internacional, e nos livrará definitivamente do capitalismo.

Queria ler-vos algumas palavras de ordem que escrevi:

Saúdo a luta das mulheres afegãs, a luta dos palestinianos por um Estado laico e independente. Apesar das actuais dificuldades em África, no Sudeste Asiático e em todo o mundo, as mulheres, sob a bandeira do Comité Internacional de Defesa dos Direitos das Mulheres, estão a ir avante, a dar força



Lahore (Paquistão), 7 de Outubro. Rubina Jamil e o cortejo da All Pakistan Trade Union Federation (APTUF) durante a jornada internacional de defesa das mulheres afegãs

às nossas camaradas, à luta pela igualdade entre os sexos, pela educação e pelos direitos das crianças, pelo direito de associação e pelo salário igual para trabalho igual. Nós, mulheres, somos contra as políticas do FMI e queremos ser parte de um sistema democrático nos nossos próprios países. Somos contra as privatizações. As mulheres querem a paz, somos contra a guerra. Continuemos a luta pela libertação de todas as mulheres presas pelo regime dos talibãs no Afeganistão, a luta pela educação, pelo emprego, pelas mulheres afegãs e por todas as mulheres hoje aqui presentes. A nossa luta continua até a Palestina ser livre e até arrancarmos os direitos das mulheres trabalhadoras. A luta continua para acabar com o FMI, com o Banco Mundial, a luta continua contra a guerra. A luta continua pelo socialismo.

Daniel Gluckstein (França)

Quis o acaso que eu viesse a seguir a Rubina. A vantagem é que me evita fazer uma intervenção muito longa. Aprovo inteiramente a maneira como Rubina tratou esta questão. Nós somos a IVª Internacional, uma Internacional Operária, acercamos-nos de todos os problemas com um ponto de vista de classe, mas compreendemos que o quadro da Internacional não pode resolver as questões e as formas que elas as-

sumem em cada país. A luta de classes é internacional pelo seu conteúdo, mas verte-se necessariamente em moldes nacionais diferentes. Por isso, se é certo que os camaradas procurem traduzir o que nos é comum nos moldes próprios de cada situação nacional, já não se pode, em contrapartida, subordinar a articulação da política da Internacional à situação própria deste ou daquele país, seja ele um dos mais ricos ou um dos mais pobres do mundo. Se não, camaradas, seria outra coisa, seria querer introduzir nas relações políticas dentro da IVª Internacional relações de força proporcionais ao produto interno bruto de cada país.

Creio recordar que, nas numerosas conferências internacionais em que participei com o camarada Lambert, ele tinha particular cuidado em dizer que não havia países grandes nem países pequenos, nem pelo tamanho nem pela riqueza nem sequer pelo lugar que a luta de classes neles ocupasse. Aconteceu muitas vezes ele dar grande importância ao desenvolvimento da luta de classes num certo país de que pouco se ouvia falar. Na discussão, surgiam de repente aspectos que nos tinham escapado, e uma das qualidades do camarada Lambert era a de saber apreendê-los e deles deduzir o fio que nos fizesse compreender em que medida se enquadravam no desenvolvimento

da revolução mundial. Comungo desse método.

Cada organização, foi esse o ponto que Rubina, com toda a razão, venceu, cada uma das organizações da IVª Internacional há-de verter a orientação global nos moldes específicos de cada país. Porém, aqui, do que estamos a discutir é de uma resolução relativa ao que nos é comum, àquilo, portanto, que podemos exprimir conjuntamente entre todas as organizações da IVª Internacional, independentemente do país, dadas as diferenças de cultura, de desenvolvimento económico, das tradições e peso relativo das várias religiões. Faço questão de propor aos camaradas que nos conformemos todos a essa maneira de tratar as coisas. Esta era a primeira observação.

É por isso que, se o nosso objectivo, aqui, fosse afirmar a preocupação – se eu bem a compreendo – da camarada Mya, de que a IVª Internacional se oponha a todas as formas de opressão e discriminação, sejam as assentes na orientação sexual, sejam as que afectam os transgénero e tudo isso, nesse caso o que se impunha era fazer uma moção específica que o exprimisse. Pela minha parte, sou a favor de fazer tal moção, se os camaradas entenderem necessário. Nós estamos contra todas as formas de opressão e discriminação, baseadas em qualquer um daqueles critérios; mas não me parece indispensável metê-lo na resolução geral sobre a situação das mulheres trabalhadoras e a dupla opressão – ou então é outra coisa, que não estarei a compreender.

Em segundo lugar, acho que há uma confusão numa parte da discussão. Nós atacamos as coisas resolutamente, com um ponto de vista operário, mas isso não quer dizer que não haja reivindicações democráticas que digam respeito a todas as mulheres. Quando se proíbe o aborto, claro que as mulheres da burguesia têm mais hipóteses de encontrar soluções do que as mulheres da classe trabalhadora, mas, mesmo assim, o aborto fica proibido a todas as mulheres.

É, portanto, uma reivindicação democrática. Em França, houve uma altura em que fizemos uma campanha contra a política do governo que queria fazer desaparecer uma especialidade médica muito importante, que era a ginecologia médica – aliás, ainda longe de reconquistada. Esta reivindicação, a de que é preciso formar ginecologistas e não fazê-los desaparecer, é comum a todas as mulheres. Claro que diz respeito prioritariamente às mulheres da classe trabalhadora, pois as outras encontram provavelmente outras soluções. Há, assim, reivindicações democráticas comuns a todas as mulheres, que não são redutíveis às reivindicações sociais da classe operária por si só.

Em contrapartida, é uma certeza que só a classe trabalhadora é capaz de levar até ao fim a lutas pela defesa destas conquistas democráticas; mas evitemos a confusão. Aliás, não só na questão das mulheres.

Nestas condições, queria apoiar a formulação da resolução. Em França, temos a sorte de viver num país em que, tirando nós, toda a gente é feminista. O presidente da República é feminista, o dirigente do partido fascista é feminista, os gaullistas são feministas, os macronistas são feministas, os ecologistas são feministas, os estalinistas são feministas, os pablistas são feministas, toda a gente é feminista, tirando nós. Pois olhem, eu reivindico não o ser. Não por ser homem, mas porque sou pela libertação total das mulheres da relação de opressão, de sujeição, de discriminação, de dupla exploração a que elas estão sujeitas. Reivindico que não o sou, porque, enquanto não houver libertação total da parte feminina do género humano, a parte masculina fica obrigada, amarrada ao papel que lhe está atribuído de opressor das mulheres. Não haverá libertação dos homens se não houver libertação das mulheres. É esse um tabuleiro muito mais fundamental do que a espécie de verniz que consiste em acrescentar “feminista” a todas as etiquetas, sem conteúdo social de nenhum género.

Um dia virá, e muito não tardará, em que o presidente da República há-de meter na Constituição que a França é uma República feminista e que passa a ser obrigatório ser feminista, e quem não for é apontado a dedo.

É uma fonte de confusão em si mesma, de que se andam para aí a servir para fazer boa figura. Não, nós reivindicamos a luta pela igualdade de homens e mulheres até ao seu objectivo último, que é o da eliminação de todos os vestígios do patriarcado. Tal objectivo implica a luta comum por todas as reivindicações comuns à classe trabalhadora, entre as quais as reivindicações específicas das mulheres, a luta comum por todas as reivindicações democráticas, e, é evidente, todas as formas de organização específicas das mulheres nesta luta. Implica a luta pela ruptura com o capitalismo, pela socialização dos meios de produção e de troca. Mas mesmo quando a classe trabalhadora tiver tomado o poder, nós sabemos que isso não eliminará de um dia para o outro todas as sequelas do patriarcado das mentalidades, das estruturas sociais. Será ainda um longo combate. Lenin e Trotsky disseram, depois da tomada do poder: é agora que começa a parte mais difícil, a da revolução cultural, e falavam de extirpar o patriarcado das mentalidades e da sociedade. Nós temos, portanto, um objectivo que é bem mais ambicioso do que o daqueles que se servem da etiqueta feminista para camuflar as suas políticas anti-operárias, anti-mulheres, anti-jovens. Por isso me parece que a resolução é correcta. A ambição que nutrimos em relação às mulheres não é um aditivo para boas alminhas, para tentar atrair uma parte do eleitorado: a libertação do sector mais oprimido e mais explorado da sociedade é a condição *sine qua non* para a libertação da sociedade como um todo. É isso a IVª Internacional.

Anne Vanesse (Bélgica)

É uma história belga, que interessa a luta das mulheres, e temos orgulho nela: a luta para tirar o abor-

● DOCUMENTO

>>>

to do Código Penal e por “salário igual a trabalho igual”. Vocês entenderão que as duas estão ligadas. Em 1966, as “mulheres-máquina” arrancam em conflito com os patrões da fábrica de armamentos, a FN (Fabrique nationale – NdR), de Herstal. Para começar, os sindicatos não apoiam, mas a relação de forças faz com que elas se radicalizem e consigam um apoio popular gigantesco em todas as regiões do país. Chegam ao ponto de conseguir que uma declaração europeia inscreva na directiva europeia: “A trabalho igual, salário igual”. Em 1973, um médico, Willy Peers, antigo resistente e comunista, no mais, iniciador do parto sem dor, é preso por prática de aborto numa rapariga deficiente, violada pelo sogro.

O movimento ganha amplitude, surgem por todo o lado “colectivos contraceção”, praticam-se interrupções voluntárias da gravidez em todas as cidades, e as operárias da FN mobilizam o mundo operário em todo o lado, em Liège, Herstal, Seraing, Namur, Charleroi. Vão na vanguarda das manifestações, rebocando, assim, o Partido Socialista, os sindicatos, o mundo associativo e médico.

A história desta luta tinha um precedente: após numerosas manifestações para conseguir o direito de voto, o Partido Operário Belga votou por unanimidade o direito de voto de homens e mulheres, em 1896.

Em 1902, para poder negociar a sua participação no governo, o Partido Operário Belga sacrificou o voto das mulheres.

No executivo da IIª Internacional, Rosa Luxemburgo ataca com violência Emil Vandervelde (a quem chamavam “o patrão”), dizendo-lhe, entre outras coisas:

“Não só o direito de voto das mulheres tem sido constante e universalmente reconhecido pela social-democracia belga, mas os representantes operários no Parlamento o votaram por unanimidade em 1895. É verdade que esta reivindicação não teve, até agora, a mínima hipótese de ser satisfeita na Bélgica e noutros países europeus. Hoje,

quando, pela primeira vez, podia ter-se tornado tema de um debate político, vem de repente ao de cima que não há unanimidade acerca desta velha exigência programática noas fileiras do partido operário. Mais, segundo a declaração de Anseel no Congresso de Bruxelas, todo o partido adoptou uma atitude negativa sobre a questão do voto das mulheres.”

Em Outubro de 2023, numa comissão de mulheres, o tema era o prazo concedido para a IVG, havendo, em 2019, acordo para prolongá-lo. O prolongamento acabou por ser sacrificado ao estabelecimento do governo, e nenhuma decisão se tomou para os programas eleitorais dos partidos para 2024. Para os centros de planeamento, para as associações de mulheres, as coisas são claras, as espanholas mostraram o caminho: vinte e duas semanas.

Quase cento e vinte anos mediaram entre estas reuniões. Para defender os direitos das mulheres, é preciso um método para resistir aos aparelhos, e as mulheres precisam não só de compreender como hão-de lutar contra esses aparelhos, mas de exercer os seus direitos de exercício pleno e sem tutela.

As mulheres da FN como um todo são a ilustração deste método: comités de greve, interpelação dos representantes e coordenação das acções.

A solidariedade internacional manifestou-se na Bélgica através do que ficou conhecido como a “Polish Connection”, uma rede de entre-ajuda que permitiu que mulheres belgas fossem abortar à Polónia e que, hoje, se faça o contrário, pois as polacas têm a possibilidade de vir abortar à Bélgica.

Rosa Luxemburgo ficará como aquela socialista que, na IIª Internacional, defendeu o sufrágio das mulheres belgas. É também por isso que ela goza de tanta simpatia junto das mulheres belgas que se interessam pelo marxismo.

Maia (França)

Sou militante da secção francesa da IVª Internacional. Concordo

completamente com a resolução, especialmente com o parágrafo que fala de feminismo. A dupla opressão das mulheres também se vive quando se é jovem. Não vou falar nisso, já se deram muitos exemplos. Mas ela sente-se, no simples acesso à comida e às protecções periódicas. A interseccionalidade é hoje uma grelha de análise que goza de uma certa popularidade na juventude e nas discussões com os jovens. Eu e os meus camaradas vemo-nos confrontadas com ela com frequência. Mas nós recusamo-nos a curvar-nos a ela e a fazer compromissos para nos adaptarmos à tal grelha. Acreditamos que é preciso distinguir-nos, é necessário porque, para o interseccionalismo, é possível resolver a questão da dupla opressão das mulheres sem necessidade de derrubar o regime capitalista. É uma ideologia pseudo-radical, que, no fim de contas, protege a política do Estado burguês, sem pôr em causa o sistema em que estamos, passando o capitalismo a ser uma espécie de opressão entre tantas outras.

É uma deformação da realidade – que é a de que o capitalismo se alimenta da dupla opressão das mulheres e a alimenta.

Além disso, é uma grelha que alimenta a divisão da classe operária. O homem passa a inimigo da mulher, por exemplo, o que é errado. O interseccionalismo é: a cada um a sua luta; já não há luta de classes. É uma teoria que reclama ser inclusiva de todas as lutas e de todas as opressões, mas que, no fim de contas, as exclui umas às outras, rejeitando qualquer perspectiva de unidade.

Nós recusamo-nos a curvar-nos a isto. Somos pelo internacionalismo proletário, pela unidade dos jovens e dos trabalhadores, pela erradicação do capitalismo e de todas as opressões que dele procedem. Com os camaradas jovens da secção francesa, redigimos textos e artigos nesta matéria para o nosso jornal, *La Tribune des travailleurs*, nomeadamente numa brochura que redigimos sobre a actualidade do *Programa de Transição*. Reiteramos que o inimigo

a abater é o capitalismo, e o nosso futuro, o socialismo. Não sejamos hesitantes, a teoria marxista encontra vasto eco na juventude e a popularidade da teoria interseccional está longe de ser um obstáculo intransponível.

Erica Caines (Estados Unidos)

Bem, começo por dizer que, no essencial, concordo globalmente com a resolução, mas queria só pôr à vossa consideração algumas coisas. Camaradas, se queremos construir um movimento de massas de mulheres, temos de incluir as massas de mulheres. Comunistas negros, como Louis Peterson e Incody Jones, introduziram o conceito de tripla opressão. Na sua obra *An End of the Neglect of the Problems of the Negro Woman!* (Fim do Menosprezo dos Problemas da Mulher Negra!), Incody Jones discute especificamente a forma como o estatuto das mulheres brancas da classe trabalhadora é privilegiado em relação às mulheres negras da classe trabalhadora, que eram trabalhadoras domésticas nas casas das brancas, incluindo as da classe trabalhadora. Além disso, olhando para o trabalho doméstico nos EUA, a Covid 19 pôs em relevo uma tripla opressão. As mulheres de cor, especificamente as das Caraíbas e do Sul da Ásia, eram obrigadas a ficar longe das suas próprias famílias, fechadas nas casas de férias das mulheres brancas que as empregavam como aias e empregadas domésticas. O seu estatuto de trabalhadores, por serem maioritariamente trabalhadores do sector doméstico, é muitas vezes ignorado e desconsiderado. Não é, pois, apenas uma questão de género e de classe, mas também do papel da raça.

As mulheres negras e outras mulheres de cor são excluídas da classe trabalhadora por não falarem das suas experiências materiais. Quando pensamos nas mulheres negras como trabalhadoras e pensamos nas actuais lutas dos trabalhadores nos EUA, temos de levar em consideração algumas coisas. A luta pelos 15 dólares/hora nos EUA, que era

uma luta das trabalhadoras dos serviços por melhores salários foi encabeçada por mulheres negras. No Alabama, a luta dos trabalhadores contra a Amazon, pela igualdade salarial e melhor tratamento, em 2021, foi encabeçada por mulheres negras. Actualmente, muitas das greves nos EUA estão a ser encabeçadas por mulheres negras. No entanto, elas têm uma posição muito precária nos sindicatos.

No que se refere ao aborto, antes da decisão do Supremo Tribunal, as mulheres de cor já eram, em geral, grandemente afectadas pelas progressivas restrições ao direito ao aborto e pelo encerramento de clínicas. Enquanto maioria concentrada da população do Sul, as políticas dos republicanos sulistas restringiram o acesso ao aborto no Mississippi, Alabama, Texas, Ohio e Geórgia. As trabalhadoras pobres de cor eram obrigadas a atravessar os Estados para conseguir o acesso, e isto bem antes da decisão do Supremo Tribunal. É por isso que as organizações que lutam pela justiça reprodutiva nos Estados Unidos defendem que as mulheres de cor devem ser incluídas, centralmente até, nesta luta, pois, se o fossem logo de início, a questão da luta pelo acesso à saúde reprodutiva seria compreendida numa base mais larga. Falando especificamente das mulheres negras nos EUA, elas têm a maior taxa de mortalidade à nascença do mundo. Esta falta de consideração para integrar mais mulheres na luta pelos seus direitos das mulheres é um problema.

Aparentemente, na Palestina, as mulheres parem, entram em trabalho de parto e têm cuidados pré-natais e beneficiam de cesarianas apesar de serem indiscriminadamente bombardeadas com armas vendidas pelos EUA. É uma questão de justiça reprodutiva.

Isto é um facto para as mulheres de cor.

Por fim, quanto à questão do salário igual para trabalho igual, para ela ter aplicação, ou para ser uma luta travada pelas mulheres,

temos de reconhecer que as mulheres de cor têm de começar por receber um salário igual ao das mulheres brancas, que aparentemente não se opõem ao patriarcado quando se trata de mulheres de cor.

Por isso peço que alteremos a dupla opressão para tripla opressão, no terceiro parágrafo, e que incluamos algumas das especificidades referidas.

Christel Keiser (França)

Vou-me concentrar em quais as emendas que proponho integrar na resolução e quais não.

Sobre as emendas propostas por Marzia, eu mantenho que nós não nos definimos como feministas. As trotskistas são militantes operárias, são comunistas, militantes pela defesa dos direitos das mulheres, mas não se definem como feministas. Marzia diz: somos militantes operárias, por isso somos feministas. Conheço alguns militantes operários que não defendem os direitos das mulheres e não são a favor da emancipação das mulheres...

Sou a favor de integrar a segunda emenda proposta por Marzia, com uma sub-emenda que responda a uma das preocupações de Erica, de, falando de igualdade de direitos, se pôr "*a começar pela igualdade salarial*".

Não sou a favor da emenda de Marzia que põe no mesmo plano as reivindicações sociais e as reivindicações democráticas. Concordo com o que disse Daniel: há reivindicações democráticas que são reivindicações de todas as mulheres. Ele falou da questão da ginecologia médica, podia-se falar também do direito à IVG, à contracepção, da luta contra a violência conjugal, mas há direitos sociais que são específicos das mulheres trabalhadoras e que devemos vincar.

Proponho integrar a emenda de Marzia que diz que "*nós sabemos que, em sistema capitalista, todo e qualquer avanço social ou democrático será inevitavelmente atacado pelo capital e pelos partidos que o representam.*"

● DOCUMENTO

>>> *Por isso sabemos que a realização integral dessas aspirações passa pela organização das mulheres nas secções e grupos da IVª Internacional.*”

Quanto à emenda de Erica, concordo totalmente que se acrescente a tripla opressão. No início do terceiro parágrafo, onde se diz que “*Para isso, é necessário que acertemos a nossa posição sobre a dupla opressão das mulheres e a sua dupla exploração*”, proponho acrescentar a questão da opressão específica das mulheres negras, mas também das mulheres imigrantes, nos outros países.

Concordo com a posição de Daniel de adoptar uma resolução específica sobre a igualdade de direitos para as pessoas binárias ou transgénero.

Mya Shone (Estados Unidos)

Parece-me que, antes de começarmos a incluir a “tripla opressão das mulheres” como tal, precisamos de fazer uma discussão completa. É uma discussão que foi iniciada por Claudia Jones, uma incrível militante negra do Partido Comunista. Mas mais tarde, na década de 1970, com Angela Davis, que também era membro do Partido Comunista, e outras, a discussão sobre a tripla opressão da mulher evoluiu para uma perspectiva seccionalista, começando a evacuar a primazia da classe.

Por isso me parece que precisamos de uma discussão a sério. Temos sido muito claros, no nosso movimento, sobre a razão por que falamos de dupla opressão das mulheres. No entanto, as mulheres negras, mas também as mulheres latinas, enfrentam uma opressão acrescida, um fardo acrescido, e concordo que a resolução deva reflectir esse facto.

Também queria dizer que me parece ter havido alguma confusão sobre o que Coral e eu queremos dizer ao sustentarmos

que o conceito de mulheres da classe trabalhadora inclui a noção de ser feminista. Não é feminismo burguês; lutamos pelos direitos das mulheres enquanto componente da luta de classes.

Erica Caines (Estados Unidos)

Camaradas,

Reconhecendo embora que Louise Thompson Patterson e Claudia Jones eram, ambas, membros do Partido Comunista dos EUA, o conceito de tripla opressão não teve origem no Partido Comunista dos EUA. Teve origem nas mulheres negras da classe trabalhadora. Os movimentos feministas pela descolonização ou os movimentos de mulheres pela descolonização de todo o mundo não deixam de fora a questão da classe.

Estes movimentos vincam a necessidade de levar avante as lutas específicas das mulheres de cor, por não se tratar de uma luta geral das mulheres. Vemos isso a ocorrer agora apenas no caso das mulheres negras, mas também o poderíamos ver no caso das imigrantes actualmente nos EUA, que estão a ser esterilizadas nos campos de imigração, como mulheres de cor. Portanto, isto é algo que devemos realmente ter em consideração, especialmente para construir um movimento de massas mais alargado das mulheres, onde as mulheres negras e as mulheres de cor já se sentem excluídas.

Daniel Gluckstein (França)

Tentemos chegar a acordo sobre a formulação. Não conheço o histórico da noção de tripla opressão. Quero ser prudente. Porém, ao ouvir o que diz a camarada Erica, isso diz-me alguma coisa. Compreendo a noção de que à dupla opressão das mulheres trabalhadoras acresce, inclusive no contexto familiar, uma tripla opressão-exploração decor-

rente da situação específica de mulheres negras – Erica tem nisso razão – ou mulheres imigrantes e, ainda pior, imigrantes clandestinas, por exemplo num país como a França, etc. A camarada Judit salienta, e bem, que as mulheres das comunidades ciganas da Hungria sofrem uma tripla opressão fruto da sua pertença às minorias ciganas.

Se a expressão “tripla opressão” incomoda as camaradas que acham que a discussão ainda não foi exaustiva, então eu faço uma proposta de compromisso. Sou a favor de, por um lado, dizer que, nesses casos, existe uma opressão específica que acresce às anteriores, que é a opressão específica das mulheres negras, imigrantes, etc., deixando em aberto a formulação exacta, mas sem deixar de dar nota da formulação da especificidade.

Ainda faço outra proposta: parece-me que toda esta discussão que aqui travámos sobre a dupla opressão das mulheres é apaixonante. Há matizes, há desacordos. Proponho que se publique uma brochura específica que dê acta desta discussão, separada da acta geral da conferência, que permita inclusive registar os ditos matizes, permitindo continuar a discussão em toda a Internacional a partir deste material.

Portanto, fazemos a integração na redacção final, Christel verá com as camaradas como redigir, adoptamos a resolução com esta referência específica integrada, acrescentando às duas anteriores referentes às mulheres negras nos Estados Unidos, mais geralmente às mulheres imigrantes, de origem estrangeira, etc., deixando em aberto; e, em anexo, integra-se a decisão de publicar numa brochura a totalidade das intervenções sobre a questão da dupla opressão das mulheres nesta conferência. ●

Resolução sobre a juventude

No final da vida, Trotsky falava da necessidade de a velha geração que tinha enfrentado o estalinismo transmitir o testemunho à nova geração. A situação não é hoje a mesma, mas não se pode ignorar que entre as diferentes gerações presentes aqui nesta conferência, muitos são os que viveram os terríveis golpes sofridos pelo movimento operário.

O FUTURO da IVª Internacional exige que a juventude possa tomar a seu cargo a continuidade da construção do partido à escala internacional. Trotsky escreveu no *Programa de Transição*: “A renovação do movimento faz-se pela juventude, livre de responsabilidade pelo passado. A IVª Internacional presta atenção excepcional à jovem geração do proletariado. Através de toda a sua

política, ela esforça-se por inspirar à juventude confiança nas suas próprias forças e no seu futuro. Só o entusiasmo fresco e o espírito ofensivo da juventude poderão assegurar as primeiras vitórias na luta; e só essas vitórias poderão trazer de volta para a via da revolução os melhores elementos da velha geração.”

São palavras de particular actualidade. Há hoje uma politização crescente da juventude, fruto, principalmente, da generalização da guerra, do massacre na Palestina, da angústia face à destruição do ambiente... A juventude, particularmente revoltada com este futuro de miséria que lhe é servido, procura organizar-se. Nestas condições, recai sobre nós a especial responsabilidade de nos voltarmos para a nova geração na luta pela unidade da classe operária e da juventude.

No final de Agosto realizámos um encontro internacional de jovens revolucionários. Ele reuniu setenta jovens de nove países: França Rússia, Ucrânia, Palestina, Afeganistão, Portugal, Grã-Bretanha, Azânia, Estados Unidos. Durante os três dias em que estivemos reunidos, pudemos conversar sobre a situação

da juventude em todo o mundo. Discutimos e debatemos abertamente as posições da IVª Internacional: sobre o papel do Estado como instrumento da burguesia para manter o domínio sobre o proletariado ou sobre a questão da dupla opressão das mulheres, só para citar alguns exemplos. Decidimos adoptar uma resolução conjunta: um apelo à construção de uma Internacional dos trabalhadores e dos jovens. Durante o encontro constituiu-se um comité de ligação que reúne os jovens dos vários países, a fim de prosseguir a elaboração iniciada no encontro. Depois publicámos um primeiro boletim internacional, em que demos conta das discussões que tivemos durante a conferência e onde contamos as lutas que continuamos a travar nos nossos respectivos países.

Por estas razões, propomos realizar um segundo encontro internacional em França, no próximo Verão, em três dias da última semana do mês de Agosto, fixando-nos o objectivo de alargar tanto o número de jovens presentes como o número de países representados. ●

Adoptada por unanimidade



Os participantes no Encontro internacional de Jovens Revolucionários (EIJR, Agosto de 2023 em França) pela libertação do jovem anarquista russo Azat Miftakhov

● HOMENAGEM

Homenagem a François de Massot (1932-2023)

FRANÇOIS DE MASSOT (“Forgue” e “Régis”, para os seus camaradas) deixou-nos no dia 2 de Outubro. Aderira à IVª Internacional e à sua secção francesa em 1950, aos 18 anos, depois de militar por pouco tempo nas Juventudes Comunistas, de que foi expulso. Já militante do Partido Comunista Internacionalista (PCI, secção francesa da IVª Internacional), juntou-se à maioria da organização, com Lambert e Bleibtreu, quando da crise pablista dos anos 1950-53, no seguimento da qual a maioria francesa foi expulsa burocraticamente por Pablo. François participará então – como membro da direcção da secção francesa e depois como membro da direcção da Internacional – em todas as etapas do longo combate pela reconstrução da IVª Internacional. Quando da crise de 2015 da IVª Internacional (reproclamada em 1993), pôs-se desde logo do lado dos que se recusaram a abandonar a construção do partido revolucionário. Foi autor de obras como “*A Greve Geral de Maio-Junho de 1968*” e de inúmeros artigos teóricos e políticos. Os seus camaradas da Internacional tiveram ocasião de lhe prestar homenagem no dia 3 de Novembro de 2023, no decorrer da conferência internacional “pela reconstituição da IVª Internacional, pelo partido mundial da revolução socialista”. Neste número d’*A Internacional*, publicamos excertos das intervenções proferidas durante a homenagem.

Nambiath Vasudevan, militante operário (Índia)

Considero ter tido a sorte de



conhecer e trabalhar com o camarada François durante quase trinta anos, na Índia, em Paris e em muitos outros sítios do mundo (...) Eu era para vir cá para me encontrar com ele, estava longe de pensar que iria participar numa homenagem pelo seu desaparecimento. (...)

Na luta pelo socialismo, para mudar a sociedade, ele foi um grande professor. Presto-lhe homenagem, em meu nome e no de muitos camaradas indianos, reclamem-se eles do marxismo ou do socialismo ou não tenham filiação partidária. O camarada François trabalhou com tanta gente na Índia, fosse em conferências asiáticas, conferências mundiais e muitas reuniões que organizámos pelo país. Na nossa língua, dizemos “Laj Salam!” (saudação vermelha). Uma grande saudação ao camarada François, viva o camarada François!

Rubina Jamil (Paquistão)

Conheci François há vinte anos em várias reuniões em Paris, no Bangladeche e no Paquistão. Achei-o sempre alguém muito útil

e prestável. Era o meu mentor e quando eu vim pela primeira, pela segunda, pela terceira vez a Paris, a uma reunião política, ele insistia sempre para que eu lesse e escrevesse e compreendesse o que ia ser discutido na reunião. Ele vincava sempre isso. E quando ia a casa dele, descobri que o apartamento estava cheio de dossiês e ele estava sempre a ler vários documentos relacionados com a luta dos trabalhadores sul-africanos, com a IVª Internacional, com o que se passava na Índia e no Paquistão, no Brasil, em todas as partes do mundo. (...)

Tive a oportunidade de ficar em casa dele, com a sua companheira Diana. Eles ajudaram-nos muito. (...) Era um homem muito educado e muito conhecedor e vamos sentir muito a sua falta. Já sentimos falta dele. Saudação vermelha ao camarada François!

Olivier Doriane (França)

Em 1953, quando a direcção pablista tenta impor à secção francesa que entre no PCF e se subordine ao seu aparelho – e, sobretudo, procure proibir a livre

discussão e a possibilidade de a secção francesa, apesar de em minoria, se exprimir na Internacional, François juntou-se à maioria da secção francesa, à volta da comissão operária, dirigida por Pierre Lambert. É o início de um longo caminho, de um longo companheirismo com Pierre Lambert, marcados, naturalmente por discussões e matizes de avaliação, as quais, porém, como sempre na tradição da IVª Internacional e da sua secção francesa, se resolvem pela discussão livre, incluindo a possibilidade de manter pontos de vista diferentes.

Em 1958, a secção francesa fica reduzida à sua expressão mais simples: algumas dezenas de militantes. Os trotskistas franceses encontram-se isolados. Decidem sair com um jornal mimeografado e vendê-lo. François entrou no comité central da organização nessa altura. Participou na implantação do trotskismo na classe operária em Nantes. Discute com militantes que hão-de constituir, durante a greve geral de 10 milhões de trabalhadores, em 1968, os comités de greve. É a luta pela organização autónoma da classe operária. A seguir a esta greve geral, François redige o livro *A Greve Geral*, que serviu para educar uma geração inteira na luta face à política traidora dos aparelhos. François forma, educa, discute, transmite conhecimento, em França e à escala internacional.

Ashraf Jooma (Azânia / África do Sul)

Como secção azaniana do CORQI, exprimimos as nossas condolências à família do camarada François, à secção francesa, assim como a todos os que o amaram e apreciaram. Ele foi um homem de conhecimento e de experiência revolucionária, independente e único no seu género (...). Não choramos o camarada François: continuamos a celebrar a sua contribuição para a construção de uma Internacional revolucionária. Internacionalista que era, foi um dos que mais contribuíram para a construção do trotskismo na

Azânia, onde hoje muitas evoluções políticas progressistas se podem atribuir ao seu contributo a partir dos anos oitenta. Quando estávamos na Azanian People's Organisation (AZAPO) e, mais tarde, no Socialist Party of Azania (SOPA), ele deu-nos mais do que o impulso indispensável para combater, e as suas visitas regulares à Azânia convenceram muito jovens camaradas a aderir à IVª Internacional. Foi o meu caso. Prestamos homenagem ao grande camarada, que representa os alicerces da nossa existência, mas também da continuidade do trotskismo na Azânia.

Alan Benjamin (Estados Unidos)

É uma honra para mim estar aqui a prestar homenagem a François. Em meu nome e no da secção, tenho de dizer quanto apreciámos o papel que ele desempenhou na construção de uma secção nos Estados Unidos. Conheci François há quarenta e cinco anos. Íamos os dois a correr pelas ruas de Lima, no Peru. Fugíamos dos tanques e dos canhões de água, quando da repressão das assembleias populares. Ao conhecermos-nos nesta situação insólita, compreendemos de imediato que tínhamos de falar de política: havia umas coisas a dizer ao jovem americano, então militante da Young Socialist Alliance (organização de juventude do Socialist Workers Party). Na altura não conhecia grande coisa do trotskismo. Continuámos a discutir à medida que os anos foram passando. Ele deve-nos ter feito não sei quantas conferências, queria que nós compreendêssemos a nossa própria história nos Estados Unidos. E ele compreendia a história dos Estados Unidos melhor do que qualquer um dos professores universitários que conheci. Conhecia o papel da classe operária e, em particular, a questão negra: o partido independente da classe operária negra devia ser o centro, o cerne da nossa actividade, repetia (...).

Daniel Gluckstein (França)

Camaradas, a conferência internacional que começou os seus

trabalhos esta manhã reveste-se para nós, militantes trotskistas, mas não só para nós, de uma importância enorme. Parece-me que também se reveste de alguma importância para os camaradas que, sem pertencerem à nossa corrente, a prepararam connosco e nela participam.

Esta conferência revestia-se de grande importância para o camarada François. Digo-o não apenas porque ele no-lo disse e repetia, não só por ele ter participado na sua preparação, mas, sobretudo, porque François era a Internacional antes de tudo o mais. Nesse ponto de vista, ele desempenhou um papel importantíssimo para muitos de nós, muito particularmente na altura da crise de 2015.

Esta crise começou por tomar, para nós, em França, uma forma "francesa". Num repente, tentaram-nos proibir de levar avante a orientação que se tinha decidido, transformar-nos num apêndice dos aparelhos burocráticos, quiseram-nos proibir de fazer campanhas de partido. Os desacordos começaram por nos aparecer nesta forma, francesa. Nós sentíamos algo sujeitos a esta pressão. François foi entre nós o primeiro a dizer: não deixem que abusem de vós, se esta crise é profunda, é porque ela não é só "francesa", é que é uma crise da Internacional, e é preciso procurar e compreender como é que os problemas com que nos vemos confrontados aqui em França encontram o seu reflexo nos outros países, nas outras secções (...). Como nos dirigirmos aos camaradas da Internacional? Como informá-los, como discutir com eles? Ele foi um dos que disseram que era preciso convocar rapidamente uma conferência internacional daqueles que se recusavam a ceder. Em Fevereiro de 2016, reuniu-se em Turim (Itália) a conferência de constituição do CORQI. Deveu muito a esta pressão positiva de François, que nos chamava, por assim dizer, à pedra: se sois, trotskistas, primeiro vem a Internacional (...).

É claro que é com tristeza e pena que saudamos a partida de um

● HOMENAGEM

>>> velho camarada. Mas não ficamos desarmados. O que, uns e outros, fizemos juntos em diferentes momentos das nossas vidas – eu, pela minha parte, conheci o camarada François há mais de quarenta e cinco anos – permite-nos dizer que aquilo que se constituiu é uma ferramenta sólida para ir em frente.

Nesta sala estão alguns jovens camaradas recentemente ganhos à IVª Internacional (...). Vós, jovens, sois os primeiros interessados nesta homenagem, pela seguinte razão: todo o combate de emancipação da classe operária só é possível na condição de haver um fio de continuidade e de ele não se romper. Que, de uma geração para a outra, se transmitam as experiências, se transmita o acervo teórico, que se compreendam os erros cometidos,

para não os repetirmos. Uns e outros, somos elos desta continuidade (...). Vós, jovens, sois o último elo da cadeia. O dia chegará, na vossa existência, em que vos dareis conta de que há elos mais jovens, que vos considerarão a vós, porventura, um elo mais velho. Tende orgulho em serdes um elo da cadeia da IVª Internacional, na qual está inserido, a certo ponto, o camarada François, e assumireis, como François assumiu, como nós todos assumimos, como vós assumireis, a continuidade da IVª Internacional. ●

A Internacional

Revista do CORQI (Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional)

Assina!

Assino *A Internacional* - 6 números: 24 euros

Apelido, nome:

Endereço:

Endereço electrónico:.....

Cheques à ordem de 'Réveil ouvrier' - 67, avenue Faidherbe, 93100 Montreuil, França

A Internacional

publica-se em versão alemã, árabe, espanhola, francesa, húngara, inglesa, italiana e portuguesa



